

SABER COOPERAR

ANO IV | NÚMERO 8 | JAN./FEV. 2013

A REVISTA DO SESCOOP



NOSSO FUTURO COMEÇA AGORA

ACABAMOS DE ENTRAR NA DÉCADA DO COOPERATIVISMO. A ONU JÁ RECONHECEU NOSSA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR. AGORA, QUEREMOS PROVAR QUE ALÉM DE ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEIS, SOMOS PROMOTORES DA PAZ

ESPECIAL

O IMPACTO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL PARA O RAMO AGRÍCOLA

TRANSPORTE

POLÍTICAS DE INVESTIMENTO FAZEM DO SETOR O SEGUNDO MAIS ATUANTE NO PAÍS



BOAS PRÁTICAS FORTALECENDO O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

O Sescoop lança o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). Mais uma ferramenta para que as cooperativas brasileiras se desenvolvam e exerçam seu papel de distribuição justa do trabalho e da renda. O objetivo é promover a adoção de boas práticas de gestão e governança, com uma metodologia alinhada aos mais altos padrões internacionais.

CONHEÇA OS BENEFÍCIOS

- Diagnóstico da sua gestão com base em um modelo referencial de excelência.
- Comparação do estágio de desenvolvimento da gestão com outras cooperativas do ramo ou do mesmo estado, região ou país.
- Identificação de elementos para elaboração de planos de melhoria e tomada de decisões gerenciais.
- Acesso a um banco de boas práticas de gestão e governança de cooperativas.
- Habilitação aos programas de capacitação para gestão.

PARA PARTICIPAR

Acesse o *site* do programa (www.pdgc.brasilcooperativo.coop.br), o do Sistema OCB (www.brasilcooperativo.coop.br) ou procure a unidade do Sescoop no seu estado.

Fale Conosco: www.pdgc.brasilcooperativo.coop.br

CONSELHO NACIONAL

Márcio Lopes de Freitas – Presidente

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Erikson Camargo Chandoa – Titular
Vera Lúcia de Oliveira – Suplente

Ministério da Fazenda

João Pinto Rabelo Junior – Titular
Lucas Vieira Matias – Suplente

Ministério da Previdência Social

Dênio Aparecido Ramos – Titular
Alex Pereira Freitas – Suplente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

João Batista Ferri de Oliveira – Titular

Ministério do Trabalho e Emprego

Fábio Battistello – Titular
Fabrício Valle Dutra – Suplente

REPRESENTANTES DA OCB

Região Centro-Oeste

Onofre Cezário de Souza Filho – Titular
Remy Gorga Neto – Suplente

Região Norte e Nordeste

Cergio Teschio – Titular
Manoel Valdemiro F. da Rocha – Suplente

Região Sudeste

Ronaldo Ernesto Scucato – Titular
Marcos Diaz – Suplente

Região Sul

Vergílio Frederico Perus – Titular
Marcos Antonio Zordan – Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

Geci Pungan – Titular
Maria Silvana Ramos – Suplente

CONSELHO FISCAL

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antonio Carrizo Primo – Titular
Helcio Campos Botelho – Suplente

Ministério da Fazenda

Márcio Nahas Ribeiro – Titular
Bruna Adair Miranda – Suplente

Ministério da Previdência Social

Fátima Aparecida Rampin – Titular
Maria de Fátima C. da Cruz – Suplente

Representantes da OCB

Marcos A. Braga da Rocha – Titular
Gilcimar Barros Pureza – Titular
José Aparecido dos Santos – Suplente
Norberto Tomasini – Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

Marcelino Henrique Queiroz Botelho – Titular
Robespierre Koury Ferreira – Suplente

Diretoria Executiva

Márcio Lopes de Freitas – Presidente
Luís Tadeu Prudente Santos – Superintendente

Gerência Geral de Operações

Ryan Carlo Rodrigues dos Santos

Gerência Geral de Desenvolvimento de Cooperativas

Maurício Cordeiro Alves

Gerência de Comunicação

Guaíra Flor

Conselho Editorial

Andrea Sayar Ferreira Nunes, Adriano Trentin Fassine, Fernando Ripari, Juliana Gomes de Carvalho, Luis Tadeu Prudente Santos, Karla Tadeu Duarte de Oliveira, Maurício Cordeiro Alves, Maria Helena Varnier Manhães, Ryan Carlo Rodrigues dos Santos, Samuel Zanella Milão Filho e Tânia Zanella

Jornalista Responsável

Daniela Lemke

DRT/DF - 5112

Projeto gráfico, edição, redação, revisão, diagramação e arte-final

Comunicação Integrada

Fotografia

Angela Ramos, Antônio Pedro, Arquivo Copasul, Arquivo Pessoa, Arquivo Serrana, Arquivo Sescop, Arquivo Sescop/CE, Cristiano Costa, Divulgação Banco Central, Fernanda de Castro/Agência Câmara, Flamma.com, Maringá, Guilherme Kandel, Igo Estrela, InpCV, iStockphoto, Photopress, Projeto Cultivar e Waldemir Barreto/Agência Senado

Ilustração

Diego Pizzini, Fernando Lopes e André Oliveira

Tiragem

12 mil exemplares

Impressão

Gráfica e Editora Brasil Ltda.



Sistema OCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Um ano para ficar na história



MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente do Sistema OCB

Saudações cooperativistas!

2013 começou trazendo novas perspectivas às cooperativas brasileiras. Nossa matéria de capa mostra como 2012 marcará para sempre a história do nosso movimento. Principalmente por dar o pontapé inicial do fortalecimento de nossa imagem perante o mercado e a sociedade. Agora, vamos colher os frutos do Ano Internacional das Cooperativas.

Outro destaque desta edição é o artigo do representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, o moçambicano Hélder Muteia. Mestre em economia agrícola pela Universidade de Londres, Muteia ressalta a importância das cooperativas no combate à pobreza mundial, especialmente por melhorar as condições de produtividade dos pequenos agricultores.

Quem também conversou conosco sobre a importância do setor para a educação foi o senador Cristovam Buarque. Em entrevista exclusiva, ele discorre sobre como o cooperativismo pode ser aliado em uma reforma completa dos ensinos básico e profissionalizante no Brasil.

Já a editoria Boas Práticas destaca o trabalho conjunto entre as cooperativas e o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), sobre o descarte correto de recipientes de defensivos agrícolas. Por fim, teremos a matéria especial sobre os impactos do Novo Código Florestal para o setor.

Há muito o que comemorar e, mais ainda, a conquistar a partir de 2013. E o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) quer participar da construção deste futuro, auxiliando na formação profissional dos associados, no monitoramento das cooperativas e na promoção social dos cooperados e da comunidade.

Seguimos este ano motivados a divulgar as notícias mais importantes relacionadas ao movimento.

A todos, um feliz 2013 e uma ótima leitura. ●



Participe da Revista Saber Cooperar enviando sugestões, elogios, reclamações ou nos informando das suas realizações como cooperado. Nosso e-mail é: revistadosescoop@sescoop.coop.br

Guilherme Kardeh



6



Diego Pizzini

10



21

Angela Ramos



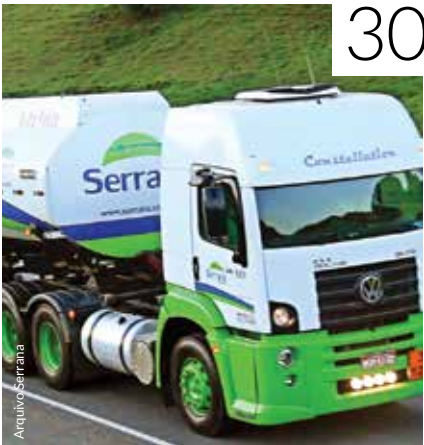
24

Imagem



28

Arquivo Siscoop



30

Arquivo Serrana



36

Arquivo Copasul



38

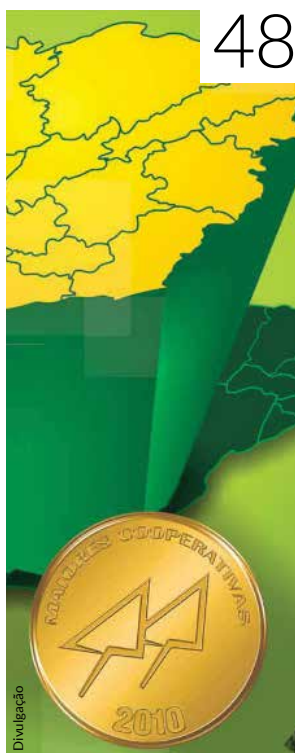
Fernando Lopes



Flammacom Maringá



Guilherme Kandel



Divulgação



Igo Estrela



Photoexpress

- 6 Entrevista** ▶ Senador Cristovam Buarque fala sobre a importância do cooperativismo e seus princípios para o futuro da educação no País
- 10 Capa** ▶ O Ano Internacional das Cooperativas e a sua herança para o movimento no mundo
- 21 Artigo** ▶ Hélder Muteia, representante da FAO no Brasil, destaca o valor das cooperativas agrícolas para a alimentação mundial
- 24 Boas Práticas** ▶ Como o descarte correto de embalagens usadas nas grandes lavouras tem protegido agricultores e meio ambiente
- 28 Voz do Cooperativismo** ▶ Comentários sobre o movimento cooperativista na visão de seus representantes
- 30 Nosso Brasil** ▶ Cooperativas do Ramo Transporte são consideradas as mais atuantes do Brasil
- 36 Personagem** ▶ A história do imigrante japonês Sakae Kamitani, que criou raízes com o cooperativismo brasileiro
- 38 Inovação** ▶ Cooperativa do município de São Gabriel do Oeste/MS transforma dejetos de suínos em energia verde e biofertilizantes
- 42 Bem-estar** ▶ Projeto realizado pela Cocamar, no Paraná, promove inclusão social de detentos do estado
- 44 Fique de olho/Aconteceu** ▶ 8.º Prêmio Cooperativas do Ano reconhece trabalho de 21 instituições em sete categorias
- 48 Notas** ▶ Fique por dentro das principais publicações e sites relacionados ao cooperativismo brasileiro
- 50 Governança** ▶ José Eduardo Pastore, advogado e consultor da OCB, fala sobre a importância do Ato Cooperativo para essas organizações
- 52 Especial** ▶ Novo Código Florestal e os próximos passos das cooperativas agrícolas do País no processo de regularização das propriedades

EMPENHO

Metade dos projetos do senador no Congresso é voltada à educação. Entre os que viraram lei, um deles garante vagas às crianças, a partir dos quatro anos de idade, na rede pública, em escolas próximas onde residem



CRISTOVAM BUARQUE

O COOPERATIVISMO PODE REVOLUCIONAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Senador defende uma reforma completa no projeto pedagógico brasileiro e considera o cooperativismo como aliado no processo de humanização da educação

De todos os desafios no Senado Federal, a educação está em primeiro lugar para o senador Cristovam Buarque.

O pernambucano de 68 anos mantém em seu segundo mandato consecutivo a plataforma que permeia sua vida política: sem investimento nessa área, o País não evoluirá. Engenheiro mecânico, economista, professor universitário e também ex-ministro da educação e ex-governador do Distrito Federal, Buarque afirma nesta entrevista à Saber Cooperar que o progresso do País depende do fomento à ciência e tecnologia. Para ele, o Brasil já vive um verdadeiro apagão de conhecimento e carece de profissionais qualificados para as novas demandas da economia. O momento da mudança é justamente agora, quando está sob responsabilidade do Senado Federal a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Saber Cooperar › Em agosto do ano passado, o senhor declarou acreditar na capacidade do cooperativismo para revolucionar a educação brasileira. Como isso poderá acontecer?

Cristovam Buarque › São duas revoluções: uma é a criação da mentalidade cooperativista. As crianças precisam entender que não haverá emprego público ou mesmo privado para todo mundo. A capacidade empreendedora precisa ser estimulada, sendo que o empreendedorismo é muito mais eficiente cooperado que individualizado. Então é importante difundir essa cultura. Outra questão é o cooperativismo na organização dos estabelecimentos de ensino. As escolas particulares hoje são instituições dirigidas por grandes grupos e o cooperativismo pode mudar essa realidade, criando cooperativas de professores e de pais.

SC › Em escolas onde existem programas que ensinam princípios do cooperativismo, os professores percebem grande melhora em sua relação com os alunos. Repassar atitudes e valores de cooperação e cidadania pode contribuir para a formação de uma consciência coletiva democrática?

CB › Sem dúvidas. O cooperativismo leva ao respeito mútuo e permite compartilhar a competência uns dos outros, o que chamamos de sinergia. Duas pessoas juntas produzem muito mais que a soma ▶



As escolas particulares hoje são instituições dirigidas por grandes grupos e o cooperativismo pode mudar esta realidade criando cooperativas de professores e de pais”



► dessas pessoas separadas. O ser humano diferenciou-se dos outros animais pela capacidade de cooperar. Quando o homem se deu conta de que dois caçadores caçavam melhor juntos do que separados, uniram-se para caçar animais maiores. Essa cooperação permitiu também o descobrimento da linguagem, e com a evolução consentil que virássemos urbanos. A cooperação gera mais resultado do que a não cooperação. O cooperativismo é fundamental para o desenvolvimento de todo o processo produtivo e para toda a formação do ser humano. O cooperativista tem uma mentalidade mais social, uma preocupação mais coletiva do que quem não coopera.

SC › Qual a sua avaliação sobre o Plano Nacional da Educação (PNE), recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados?

CB › Ele ficou contrário ao cooperativismo, ficou corporativo. Muito modesto. Ele não traz a visão da revolução. Além disso, fala apenas de educação; agora é preciso falar do conhecimento e da inovação.

As escolas são um item, e as empresas, o ensino superior e os institutos de pesquisa, outros. O PNE não trabalhou nada disso. Por esse motivo, estou apresentando outra proposta, que é a criação de um Sistema Nacional do Conhecimento e da Inovação. Trata-se de um documento que traz a revolução do ensino, a re-fundação da universidade, a criação de novos institutos científicos e tecnológicos, o envolvimento do empresariado, e como fazer o entorno social (bibliotecas, teatros etc.), desenvolvendo a capacidade criativa das pessoas. O PNE como está é uma repetição da primeira versão, que não deixou nenhum marco. Ele abrange os 10% do PIB para a educação, que é uma coisa boa, mas se não soubermos onde aplicar esse valor, jogaremos dinheiro fora. Se chover dinheiro no quintal de uma escola, vira lama na primeira chuva. O PNE é confuso, cheio de propostas sem a explicação de como devem ser feitas. Minha proposta é discutir no Senado um plano mais completo. É por isso que eu já providenciei uma cartilha para cada parlamentar da Casa. O assunto chegou agora aos senadores e

o meu trabalho será com os consultores jurídicos e legislativos para transformar essa cartilha em um projeto de lei.

SC › O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) visa à formação profissional para o cooperativismo. Como o senhor vê a educação profissional em nosso País?

CB › É necessário ter um grande projeto pedagógico e um trabalho político de uma instituição que lute pelo fortalecimento do ensino fundamental no Brasil, voltados à aprendizagem para toda vida, e que incentive o aluno a estudar, a falar novos idiomas, dominar a matemática e a base para as ciências. O ensino técnico não tem pleno êxito se o fundamental for ruim. O jovem que não aprendeu matemática nas primeiras séries terá dificuldade em assimilar qualquer outra coisa, em especial técnicas modernas. Da mesma forma, se esse jovem não adquiriu fluência em português e um pouco de conhecimento em inglês, terá dificuldade em fazer uma formação técnica.



Eu só vejo uma maneira para viabilizar essa questão: colocando a União para adotar todas as escolas do Brasil.

SC › Em sua opinião, a formação profissional poderia ser uma ferramenta no combate ao apagão de mão de obra no Brasil?

CB › A formação profissional é uma ajuda emergencial. Se o ensino fundamental não for bom, esses alunos profissionalizados não serão suficientemente preparados para enfrentar as mudanças tecnológicas que ocorrerão no futuro. Hoje, não basta formar um profissional para usar um gravador de voz. Daqui a cinco anos esta tecnologia estará superada. Ele tem de ser capaz de continuar aprendendo ao longo da vida. Estamos vivendo um momento de grande revolução educacional, científica e tecnológica, características do nosso tempo. A falta de um sistema educacional robusto impedirá o avanço do Brasil. Entre os países emergentes de porte médio e mesmo em comparação aos de economia pequena, somos um dos mais

atrasados no que se refere à educação do nosso povo, à capacidade de criar ciência e tecnologia, inovar e patentear.

SC › Comemora-se muito o crescimento da economia e a baixa taxa de desemprego da população economicamente ativa. Mas se analisarmos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), encontraremos resultados abaixo da média mundial.

CB › Uma coisa é ficar atrasado em relação ao resto do mundo, outra é ficar desigual internamente. Não tem como um país ser considerado avançado produzindo apenas soja e ferro. O futuro está nas novas tecnologias. O Brasil logrou-se com o slogan “made in Brazil”, mas quase não temos produtos criados aqui. É um País paupérrimo em inovação. Uma das poucas exceções são os aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e o trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nós precisamos de institutos que estudem novas tecnologias,

estudem o cérebro humano, aprofundem-se na área espacial, na qual estamos atrasadíssimos. Há 30 anos estávamos à frente da Coreia, China e Índia. Hoje, estamos décadas atrás.

SC › Quais são os seus principais projetos de lei voltados à melhoria da educação?

CB › Metade dos meus cem projetos de lei tem essa finalidade. Alguns já viraram lei, como o que garante vagas às crianças a partir dos quatro anos de idade na rede pública, no ensino infantil e fundamental, em escolas próximas à região onde residem. Mas eu acredito que o que daria certo seria a criação de um sistema único de educação, assim como o Sistema Único de Saúde (SUS). A União assumiria o que chamamos de federalização da educação básica, gerando assim uma revolução no sistema educacional brasileiro. Sem o envolvimento do Estado nesse processo, será impossível acabar com as desigualdades do ensino em nosso País. É preciso tratá-la como uma responsabilidade “do Brasil” e não dos municípios e estados. A federalização consiste em criar uma carreira nacional do magistério, adotando o modelo que já existe entre professores de escolas técnicas e colégios militares. Todos entrariam em uma carreira federal, com salários pagos pela União.

SC › Como estão as escolas brasileiras hoje?

CB › Em estado de abandono. Todo mundo já ouviu falar que as escolas eram boas quando de responsabilidade dos governos federal e estaduais. Ainda temos cerca de 400 dessas escolas que precisam ser espalhadas pelo Brasil inteiro. Uma delas é a Dom Pedro I. A União tem que adotar as escolas. Mas o método de ensino também precisa ser modificado. Por isso, defendo que, embora a União as adote, deve haver liberdade pedagógica dentro de cada escola. E nessa liberdade, sou muito simpático que se use os princípios cooperativistas. A gente começa ensinando às crianças que, com a cooperação, elas terão uma vida bem melhor. ●



Ilustração: Diego Pizzini

NOSSO FUTURO COMEÇA



AGORA

Com a declaração da ONU e as ações desenvolvidas por organizações que trabalham a favor da doutrina, o cooperativismo vive um dos melhores momentos de sua história

Em setembro de 2008, o Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, pediu falência após perdas acumuladas de US\$ 7,8 bilhões. A quebra de uma das financeiras mais tradicionais do país despertou a gravidade da chamada “bolha do crédito”, uma das maiores recessões da história do mundo globalizado, ocasionada por uma arriscada política de empréstimos, praticada por dezenas de bancos e seguradoras norte-americanas. Nesse cenário desfavorável, as cooperativas se destacaram por diminuir os impactos do colapso financeiro em diversos países. “Não que elas evitassem a crise, pois sofreram também, mas, onde elas estavam presentes, os efeitos da recessão foram reduzidos”, explica o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas.

Segundo ele, nos Estados Unidos, enquanto a bolha se agravava, as pessoas correram para colocar seu dinheiro nas cooperativas de crédito. “A confiança da população, na hora da crise, voltou-se para essas instituições. Foram elas que garantiram os empréstimos para os pequenos produtores agrícolas, os pequenos empreendedores industriais e de serviços, mantendo a confiança em seus associados”, diz. Atualmente, mais de 93 milhões de norte-americanos estão em cooperativas de crédito; e 30% da produção do setor primário do país está sob o controle de 3,4 mil cooperativas de produtores rurais. No caso da Europa, muitas empresas que fecharam as portas, ou tinham dificuldade para manter-se no mercado, foram assumidas pelos empregados na forma de cooperativas.

Assim, o potencial e a segurança do modelo cooperativo de trabalho ganharam reconhecimento internacional. Isso impulsionou o trabalho de grandes associações que agem pela promoção da filosofia cooperativista, como a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A entidade, com sede em Genebra, na Suíça, reforçou sua

parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), colaborando com a criação de um marco definitivo em prol da capacidade das cooperativas de promover o desenvolvimento econômico mais justo, participativo e sustentável, a mitigação da pobreza e a filosofia associativa de trabalho.

Nasceu, então, a semente do Ano Internacional das Cooperativas (2012). “Estive presente na Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou o Ano Internacional, e foi um momento especial ver tantos líderes afirmarem como as cooperativas faziam a diferença em seus países”, relembra Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O executivo ressalta que a homenagem não aconteceu por acaso. “Buscamos esse reconhecimento há décadas, e agora é hora de mostrar para as empresas, à população e, por consequência, aos governos e poderes constituídos que podemos fazer a diferença. As cooperativas constroem um mundo melhor”.

CAPITAL SOCIOECONÔMICO

Atualmente, as 300 maiores cooperativas do mundo movimentam um trilhão de dólares em recursos; e cerca de um bilhão e duzentos milhões de pessoas estão diretamente associadas a esse movimento. Além disso, em dez países (Irlanda, Japão, Finlândia, Áustria, Canadá, França, Singapura, Suíça, Suécia e Nova Zelândia), mais de 40% da população é cooperada. Os números compilados pela Aliança Cooperativa Internacional são crescentes e, em ramos como Agricultura e Crédito, as cooperativas são capazes de superar os modelos tradicionais de negócios em momentos de crise.

Na visão de Roberto Rodrigues, embaixador especial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), é chegada a hora de trabalhar para consagrar o cooperativismo como o movimento econômico e social mais importante do mundo. “Estamos falando de um conceito de trabalho no qual o social é

A EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO

Cooperativismo Mundial – 2012

Por países e população cooperativada

| | | |
|------|-----------|-------------|
| 1.º | Índia | 239.000.000 |
| 2.º | China | 180.000.000 |
| 3.º | EUA | 78.500.000 |
| 4.º | Japão | 75.800.000 |
| 5.º | Indonésia | 66.275.000 |
| 6.º | França | 32.400.000 |
| 13.º | Brasil | 10.000.000 |

Dados estatísticos continentais – 2011

WOCCU (Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito)

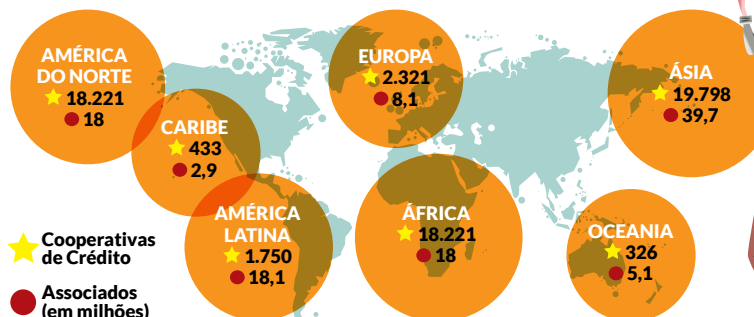


Ilustração: Diego Pizzini



CONSAGRAÇÃO

O embaixador especial da FAO, Roberto Rodrigues, defende que o cooperativismo seja agraciado com o Prêmio Nobel da Paz

Angela Ramos

“AS COOPERATIVAS SÃO EMPRESAS DE CAPITAL SOCIOECONÔMICO E VALORES COMO SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA, VERDADE E HONESTIDADE, UM COMPORTAMENTO ÉTICO FRENTE AO MERCADO MUITAS VEZES NÃO PRATICADO NO CAPITALISMO”

ROBERTO RODRIGUES • Embaixador especial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

corrigido por meio do econômico. Se pensarmos que cada cooperado tem, pelo menos, três dependentes ou agregados, existem quatro bilhões de pessoas ligadas ao cooperativismo. Mais da metade da população do planeta”, acrescenta.

Considerado uma das maiores autoridades no setor, Rodrigues defende que as cooperativas sejam vistas como uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo estatizante de antes, do tempo do “socialismo real”. “As cooperativas são empresas, sim. Não precisa haver purismo em relação a isso”, afirma. “Mas com um diferencial, são empresas de capital socioeconômico e valores como solidariedade, democracia, verdade e honestidade, um comportamento ético frente ao mercado muitas vezes não praticado no capitalismo”, considera. ▶

Países com maior expressão no Cooperativismo de Crédito – 2011

| Ranking | País | Instituições Cooperativas | Associados | Ativos (US\$) |
|---------|----------|---------------------------|--------------|---------------|
| 1.º | França | 4.671 | 21,9 milhões | 4,9 trilhões |
| 2.º | Japão | 470 | 13 milhões | 1,43 trilhão |
| 3.º | Alemanha | 1.104 | 17 milhões | 1,37 trilhão |
| 4.º | China | 2.880 | 200 milhões | 1,03 trilhão |
| 5.º | Holanda | 139 | 1,9 milhão | 986 bilhões |
| 6.º | EUA | 7.440 | 93,1 milhões | 974 bilhões |
| 14.º | Brasil | 1.273 | 5,8 milhões | 68 bilhões |

Fonte: José Odeldo Schneider – Unisinos/RS/PPGCS/CESCOOPS



Ilustração: Diego Pizzini

"OS GOVERNOS ENTENDERAM QUE AS COOPERATIVAS PODERIAM SER UM BRAÇO ECONÔMICO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E, PORTANTO, UM PARCEIRO PARA QUE A DEMOCRACIA SE FIRMASSE"

ROBERTO RODRIGUES • Embaixador especial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

► Disposto a dar mais visibilidade ao cooperativismo, o embaixador defende esclarecer a opinião pública sobre as vantagens do segmento. "A ninguém interessa mais do que ao próprio cooperativismo ser saudável para mostrar e comunicar adequadamente as suas vantagens", pondera Rodrigues.

Para o representante da ACI no Brasil, Américo Utumi, o cooperativismo ainda tem muito espaço para crescer no País, pois apenas 5,12% de sua população é associada a cooperativas, enquanto que 17,14% da população mundial é vinculada a cooperativas. O dirigente lista alguns exemplos de países com economia desenvolvida, nos quais a doutrina já provou ser um excelente modelo de trabalho. No Canadá, por exemplo, um grupo do Ramo Crédito é a sexta maior instituição financeira. Na Alemanha, o banco cooperativo DZ Bank AG é o terceiro maior do país; na Itália, a cooperativa de consumo 'COOP' é a maior rede varejista; no Japão, a Confederação das Cooperativas Agrícolas Japonesas é a maior do mundo em faturamento; a produção de laticínios, na Noruega e Nova Zelândia, é composta por essas organizações em 80% a 99% dos casos, respectivamente. A Central Cooperativa FONTEIRA da Nova Zelândia é a maior empresa láctea do mercado mundial. Por fim, na Suíça, duas representantes do Ramo Consumo detêm 80% do mercado.

Ainda nesse contexto, Roberto Rodrigues acrescenta que "em quase todos esses países houve, alguma vez no passado, um forte apoio governamental às cooperativas. Isso porque os governos entenderam que elas, respeitadas na sua identidade, filosofia e no seu diferencial, poderiam ser um braço econômico da organização da sociedade e, portanto, um parceiro para que a democracia se firmasse".

Portanto, as cooperativas extraem a sua força, criatividade e o dinamismo da clara e consciente noção de sua identidade e do seu diferencial em relação às demais empresas do mercado. E essa identidade haure sua peculiaridade da filosofia, da visão do mundo e da sociedade, de sua forma de inserção e organização no mundo do trabalho e, particularmente, de seus valores, princípios e normas que a impelem, conseqüentemente, em prol do empenho por uma sociedade mais equânime, democrática, participativa, justa e sustentável!

OPORTUNIDADE

Sobre 2012, Utumi considera que as entidades que representam o cooperativismo em todo o mundo souberam aproveitar a oportunidade dada pela ONU. "Conseguimos estar na mídia em dezenas de países, realizando eventos, exposições e seminários. As comemorações culminaram no grande encerramento em outubro, com a Feira Internacional

do Cooperativismo, realizada em Manchester, Reino Unido, com a presença de mais de dez mil associados", exalta. O evento promovido pela ACI, além de celebrar as conquistas do ano, serviu para estimular a intercooperação, abrindo novas oportunidades de negócios.

E para dar continuidade ao bom momento que vive o setor, aprovou-se também o "Plano de Ação para a Década Cooperativa", trabalho que visa a consolidar o modelo cooperativista como líder reconhecido da sustentabilidade econômica, social e ambiental, tornando-o modelo de organização empresarial de mais rápido crescimento até 2020. A proposta em questão já foi entregue à OCB, que estuda como implantá-la no Brasil.

PRÊMIO NOBEL

Roberto Rodrigues, que batalha para a doutrina ser honrada com o Prêmio Nobel da Paz, destaca que o cooperativismo pode ser um interessante instrumento de valorização das pessoas na direção da governança compartilhada, na desafiadora realidade econômica e social e na garantia da paz. "As guerras surgem quando existem exércitos gigantescos de famintos e esquecidos. A exclusão social é inimiga da paz, e se as cooperativas a combatem mitigando a fome e distribuindo riquezas, o que elas são? Aliadas na defesa dessa que é uma tarefa intrínseca às Nações Unidas".

A CRISE GLOBAL DE CRÉDITO

A crise de crédito de 2007 teve início quando instituições financeiras americanas facilitaram o acesso ao crédito imobiliário até mesmo a clientes considerados de risco, aumentando a procura por imóveis, conseqüentemente, valorizando-os no país. Cerca de um ano depois, diversos fatores influenciaram o governo dos Estados Unidos a aumentar a taxa de juros. Isso provocou o afastamento de novos compradores, derrubando os preços enquanto o valor das hipotecas continuava a subir. Os clientes inadimplentes criaram, então, um efeito cascata devastador, visto que, nas bolsas de valores, esses mesmos bancos vendiam ações atreladas aos ganhos com os empréstimos imobiliários. A quebradeira atingiu a economia de outros países, obrigando o Fundo Monetário Internacional (FMI), a União Europeia e o governo americano a realizarem, desde então, operações de resgate com centenas de bilhões de dólares, em organizações financeiras e nações à beira da falência. ●

COOPERAÇÃO VERDE É AMARELA

Como a força dos associados e as ações do Sescop estão fazendo do Brasil um País cooperado

O Brasil possui, hoje, mais de seis mil cooperativas que reúnem entre nove e dez milhões de associados e oferecem renda a 300 mil empregados. O número corresponde a 5,12% da população, índice ainda baixo se comparado com os países líderes com maior densidade cooperativa de sua população. Contudo, alguns estados do País apresentam grande densidade de cooperados, como é o caso do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com 16,36% de sua população cooperativada, ambos estados com uma expressiva presença de economia e produção familiar. Nessas regiões, esses trabalhadores costumam ter faturamento quase 10% maior que os não cooperados.

Segundo dados compilados sobre o cooperativismo mundial por José Odelso Schneider, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS), no setor agropecuário, em todo o território nacional, o cooperativismo responde por 72% da produção de trigo, 44% de cevada, 43% de soja, 39% de leite, 38% de algodão, 21% de café e 16% de milho.

“As cooperativas agrícolas garantiram a safra brasileira durante a crise do crédito, assumindo o papel do financiamento das grandes empresas compradoras dos alimentos, que se afastaram durante os anos de 2008 e 2009. No período, as cooperativas agrícolas passaram de 35% para 50% de participação no mercado”, enfatiza o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas. Para que o cooperativismo brasileiro acompanhe a boa fase que o País atravessa no cenário mundial, Roberto Rodrigues, embaixador especial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) defende um forte trabalho de educação e formação de associados e da população como um todo. “A OCB vem fazendo um esforço notável e já está conseguindo resultados. O abismo cultural em relação ao conhecimento dos princípios do cooperativismo era mais profundo há 15 anos”, avalia.

Em 2012, com o apoio de órgãos do Governo Federal – como o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Relações Institucionais e a Casa Civil –, a OCB realizou uma série de ações comemorativas e estruturais dedicadas a comemorar o Ano Internacional das Cooperativas. Confira: ▶



ANO INTERNACIONAL
A 6.ª Edição do Prêmio Nacional de Redação do Cooperjovem foi uma das ações do Sescop para o fomento do cooperativismo em 2012

O PRESTÍGIO DO ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS NO BRASIL

► O Sescoop e a OCB iniciaram a celebração do Ano Internacional distribuindo um manual para as unidades estaduais e cooperativas, instruindo sobre a utilização da identidade visual da marca. Destaca-se a criação de um *hotsite* especial, no endereço eletrônico (www.ano2012.coop.br), no qual se encontram publicações diárias, vídeos e anúncios reunidos ao longo do ano, que totalizaram 366 histórias de cooperativas que têm como alicerce a união, a integração e a valorização do capital humano. O resultado desse trabalho será publicado em um livro lançado pelo Sescoop.



Antônio Pedro

EXPOSIÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL EM HOMENAGEM AO COOPERATIVISMO

Em julho, a exposição “Cooperativas constroem um mundo melhor” movimentou a Câmara dos Deputados. A mostra celebrou o reconhecimento obtido por parte da ONU, por meio de totens eletrônicos que ofereciam aos visitantes um vasto conteúdo sobre cooperativismo, vídeos institucionais e um jogo de perguntas e respostas sobre o movimento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

SESSÃO SOLENE NO SENADO FEDERAL

No dia 6 de julho de 2012, uma sessão solene em homenagem ao cooperativismo foi realizada no plenário do Senado Federal. O evento contou com a presença de representantes do Sistema OCB, membros da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e outros convidados. Na ocasião, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, ressaltou a relevância do movimento cooperativista para o agronegócio brasileiro. “Reconhecer a importância da agricultura nacional, em seu dia a dia, é, inevitavelmente, reconhecer o trabalho das cooperativas”, disse.



BILHETE DE EXTRAÇÃO DA LOTERIA FEDERAL

O Sistema OCB articulou junto à Caixa Econômica Federal uma extração comemorativa da Loteria Federal sobre o Ano Internacional das Cooperativas. O bilhete correu no primeiro sábado de julho de 2012, data em que se comemora o cooperativismo internacionalmente.

II ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO (EBPC)

Nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, a Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop), em Porto Alegre/RS, recebeu a segunda edição do Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (II EBPC), procedentes de várias universidades e centros de pesquisa brasileiros. Com a participação de 150 estudantes, estudiosos e líderes cooperativistas, o evento contou com seminários, painéis

e sessões temáticas, cujo objetivo era o de fomentar o intercâmbio e a produção técnica e científica em diversas áreas do conhecimento.



VEJA MAIS NA EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA SABER COOPERAR



SELO DAS COOPERATIVAS

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, em junho de 2012, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e os Correios anunciaram a emissão de um selo postal em alusão ao Ano Internacional das Cooperativas. Como forma de mostrar o potencial de sustentabilidade dessas organizações e ilustrar o selo comemorativo, foi escolhido o Ipê Amarelo, árvore que simboliza projetos de restauração florestal. Ao todo, foram produzidas 40 mil unidades pelos Correios.

LANÇAMENTO DA MOEDA COMEMORATIVA

Em outubro, o Banco Central, durante o IV Fórum sobre Inclusão Financeira em Porto Alegre/RS, também homenageou o Ano Internacional das Cooperativas. Na ocasião, foi lançada a moeda comemorativa em reconhecimento às cooperativas brasileiras e à importância do Ramo Crédito. Cunhada em prata, a moeda apresenta a logomarca oficial e o slogan: "Cooperativas constroem um mundo melhor". Inicialmente, foram produzidas 3,5 mil unidades, podendo aumentar para, no máximo, dez mil. ●





Cristiano Costa



APRENDIZADO
O presidente da Sicredi Pioneira, Márcio Port, conta aos estudantes a história da cooperativa

PRÊMIO NACIONAL DE REDAÇÃO DO PROGRAMA COOPERJOVEM

Estudantes e professores vencedores conheceram o berço do cooperativismo brasileiro

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) fechou 2012 premiando os vencedores da 6.ª edição do Prêmio Nacional de Redação do Cooperjovem, com uma viagem para as cidades gaúchas de Canela, Gramado e Nova Petrópolis, capital nacional do cooperativismo. Os estudantes foram convidados a discorrerem sobre o tema do Ano Internacional: “Cooperativas constroem um mundo melhor”. Ao todo, 18 mil redações foram inscritas em duas categorias: para alunos do 4.º e 5.º; e para os do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental. Foram homenageados, ainda, educadores que apresentaram metodologias e correntes pedagógicas voltadas à cooperação no ambiente escolar. O Cooperjovem fortalece os princípios e estimula a cultura da cooperação entre alunos de cooperativas educacionais e escolas públicas do ensino fundamental e médio. ▶



Cristiano Costa

COOPERJovem

Vencedores do Prêmio Nacional de Redação visitam Nova Petrópolis/RS, berço do cooperativismo de crédito no Brasil

► Após receberem seus troféus na sede da OCB em Brasília, os seis alunos e três professores seguiram para a primeira parada da viagem, em Nova Petrópolis. No local, conheceram a primeira cooperativa de crédito da América Latina, fundada em 28 de dezembro de 1902, a atual Sicredi Pioneira, e participaram de um roteiro que incluiu visitas à Pedra Simbólica do Cooperativismo; ao museu dedicado ao jesuíta Padre Amstad, que cursara quatro anos de teologia na Inglaterra, pároco suíço responsável pela disseminação do cooperativismo em geral e do cooperativismo de crédito em particular; e ao monumento Força Cooperativa.

Para o presidente da Sicredi Pioneira, Márcio Port, o Ano Internacional foi uma oportunidade para as cooperativas potencializarem o trabalho de divulgação da filosofia nas comunidades em que estão inseridas. “No nosso caso, de uma cooperativa de crédito, nos dedicamos a mostrar às pessoas que nosso diferencial em relação aos bancos comuns é que realizamos a inclusão financeira com taxas mais justas, pensando sempre no social”, diz. A instituição, com 110 anos de história, conta atualmente com mais de 85 mil associados, 35 unidades de atendimento e 983 milhões de reais em recursos administrados.

Em Nova Petrópolis, os estudantes e seus familiares puderam compreender a dimensão do cooperativismo por meio de palestras e visitas guiadas aos monumentos. Para Maria Eduarda Bauer, 14 anos, natural de São João do Sul, Santa Catarina, participar do concurso foi uma oportunidade de expressar a realidade, desde sempre praticada em casa. “Meu pai cultiva arroz e é associado da Copersucar, e desde cedo aprendi que é possível crescermos juntos, em

torno de um bem comum”, afirma. Já a paraibana Ana Cláudia Ferreira, mãe de Augusto Ferreira dos Santos, primeiro colocado na categoria 4.º e 5.º ano, descreve o impacto positivo que o Prêmio Cooperjovem causou em sua família. “Foi uma surpresa ver meu filho chegar à nossa casa falando sobre o resultado da redação. Não conhecíamos a fundo o cooperativismo e essa lição mudará nossas vidas para sempre”.

O berço do cooperativismo no Brasil mantém bem preservada a história de superação do setor na região. Ela iniciou-se no final do século 19, quando os imigrantes ítalo-germânicos enfrentavam dificuldades relacionadas à agricultura. O padre jesuíta Theodor Amstad, conhecedor do modelo de trabalho mais justo, começou então uma peregrinação no sentido de apresentar e convencer os produtores de que a autogestão era uma alternativa para melhorar a qualidade de vida por meio da fundação de uma cooperativa de crédito. Graças a esse esforço, nasceu, em 1902, a primeira instituição do ramo na América Latina.

A autora da redação vencedora da categoria 6.º ao 9.º ano, do Prêmio Cooperjovem, a piauiense Nidya Ruthy Moreira, 14 anos, aluna da Cooperativa Educacional de Teresina (Coetel), acompanhada de sua mãe, a professora Joseane de Sousa Moreira, conheceu a trajetória do pároco que teve o cooperativismo enraizado em sua personalidade. Sua redação fez uma retrospectiva do que aprendeu sobre o tema, desde que ingressou na escola, ainda no jardim de infância. “Milhares de pessoas têm muito pouco e a minoria fica com a maior parte da riqueza. E o cooperativismo, quando implantado na vida de uma pessoa, permite contagiar os outros”, definiu. ●

ALIMENTANDO O MUNDO

Sem as oportunidades geradas pelas cooperativas, a pobreza ou a má nutrição seriam ainda mais gigantescas

Em reconhecimento ao papel das cooperativas na promoção da segurança alimentar e na erradicação da fome, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu homenagear essas instituições com a declaração do Ano Internacional das Cooperativas em 2012. Sob o *slogan* “Cooperativas agrícolas alimentam o mundo”, a ONU as colocou ainda como tema do Dia Mundial da Alimentação, celebrado no dia 16 de outubro, reconhecendo as vantagens desse modelo de trabalho mais justo em assegurar uma plataforma de ajuda mútua entre os produtores de alimentos, beneficiando seus membros e as comunidades em que estão inseridas.

HÉLDER MUTEIA

Graduado em Medicina Veterinária e mestre em Economia Agrícola pela Universidade de Londres, o moçambicano foi nomeado, em agosto de 2010, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil. Muteia é também ex-ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e vice-ministro de Agricultura e Pesca em Moçambique. Autor de diversas crônicas, contos e livros de poesia, é ainda membro da Associação dos Escritores Moçambicanos.



“O cooperativismo representa um dos pilares mais sólidos no combate à pobreza, essa que é a mãe da fome e de outras desgraças. De pouco adiantaria aumentar a disponibilidade de alimentos sem pensar nas condições para que os mais necessitados possam acessá-los”

Estamos em um momento privilegiado para falar e agir em favor das cooperativas. Afinal, essas organizações representam uma doutrina que mantém vivos alguns valores e princípios básicos da condição humana. E mesmo diante das adversidades políticas, econômicas e sociais, conseguem manter abertas as portas da inclusão social e da sustentabilidade econômica dos pequenos e vulneráveis.

Mesmo sendo maioria no campo da produção alimentar, é sabido que os pequenos produtores sempre estiveram em uma situação de extrema vulnerabilidade no que concerne ao acesso a terra, água, tecnologia, mercados, crédito e infraestrutura. Nesse contexto adverso, a sobrevivência de muitos deles depende, de forma direta ou indireta, do cooperativismo e de organizações produtivas similares. Nos países em desenvolvimento, essa realidade é mais visível, visto que boa parte da população vive em condições precárias, com recursos e oportunidades escassos.

DESAFIOS DO PRESENTE E FUTURO

Até 2050, quando a população mundial atingir cerca de nove bilhões de pessoas, estima-se ser preciso aumentar em 60% a produção de alimentos. E a expectativa é que as cooperativas ajudem a satisfazer a crescente demanda de recursos resultante desse *boom* demográfico. No mundo moderno dominado pela globalização, por grandes corporações, monopólios, pelo mercado de capitais e por uma corrida desenfreada pelo lucro, as cooperativas, mais uma vez, podem servir de plataforma de sobrevivência, gerando o capital social que possibilita a seus membros a obtenção de créditos e acordos diversos. Além de também serem capazes de gerar ações direcionadas para a preservação dos recursos naturais básicos que sustentam a vida no planeta (água, solos aráveis, florestas e fauna), ajudando a preservar os ecossistemas frágeis.

Em todo o mundo, temos bons exemplos de como as cooperativas ajudaram as pessoas a suprir carências



Angela Ramos

de terras aráveis, água para irrigação, tratamento do gado, mercado, tecnologia, processamento e crédito. É desse tipo de apoio que a agricultura familiar necessita para se consolidar no mercado. Mesmo pressionadas pelo crescimento do setor empresarial, as cooperativas conseguiram sobreviver, participar da economia de forma saudável e oferecer uma oportunidade para os menos privilegiados. Os agricultores em regime familiar podem associar-se a elas, suprindo suas carências e integrando-se à economia.

Os bons resultados desse modelo de trabalho podem ser observados em países carentes na África Subsaariana e no sul da Ásia. Só no Quênia, o movimento cooperativo tem aproximadamente 924 mil membros e na Etiópia em torno de 900 mil. Pode-se afirmar que, sem as oportunidades geradas pelas cooperativas, a pobreza ou a má nutrição seriam males ainda mais gigantescos. Se olharmos para as complexas realidades no sul da Ásia, com seus sérios

problemas demográficos e sociais, desastres naturais, pobreza extrema e desigualdades, constatamos que o movimento cooperativo garante a sobrevivência de certas famílias e comunidades.

Como qualquer outro empreendimento econômico, as cooperativas sempre puseram a produtividade como garantia de sustentabilidade, mas colocando a dignidade como ganho fundamental. Tendo valores como democracia, inclusão, participação, solidariedade, colaboração, dignidade e preservação ambiental como essenciais.

COMO AVANÇAR

O cooperativismo representa um dos pilares mais sólidos no combate à pobreza, esta que é a mãe da fome e de outras desgraças. De pouco adiantaria aumentar a disponibilidade de alimentos, sem pensar nas condições para que os mais necessitados possam acessá-los. Aliás, é do conhecimento de todos que se os alimentos atualmente produzidos fossem melhor distribuídos, não existiria fome. Outra triste realidade é que 70% das pessoas que atualmente passam fome em todo o planeta são agricultores. Um paradoxo que obviamente incomoda e indigna. E uma forma eficiente de combater esse problema seria dar-lhes a oportunidade de se organizarem em cooperativas.

Para isso, é importante que se crie o ambiente apropriado para que as cooperativas nasçam, desenvolvam-se e cumpram sua função de produzir mais e melhores alimentos em toda a cadeia de processamento, transporte e distribuição. Um passo essencial para isso é um regime institucional e jurídico e a formação de seus membros em temas ligados à produção, ao gerenciamento industrial, à proteção ambiental, às políticas públicas e aos organismos de apoio.

A FAO reconhecendo que os atuais padrões de produção e consumo não são adequados, e assumindo o papel e potencial do cooperativismo para inspirar a necessária mudança de paradigmas rumo a um desenvolvimento verde, solidário e participativo, não só celebra o Ano Internacional das Cooperativas, como também promove ações concretas de apoio, para que elas floresçam e desempenhem seus ideais. Para nós, o conjunto de valores, princípios e práticas que vem sendo adotado pelas cooperativas representa a fé de que uma via alternativa está ao alcance da humanidade perante os desafios da atualidade. ●

APOIO
Muteia participou do II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo

PENSANDO VERDE

Cooperativas dão exemplo de descarte correto de embalagens de defensivos agrícolas

O descarte incorreto de embalagens de agroquímicos – utilizados na agricultura para evitar pragas e ervas daninhas – pode causar doenças sérias nas pessoas, como distúrbios respiratórios, neurológicos e até câncer, além de danos ao meio ambiente. Desde 2000, uma lei federal obriga fabricantes, revendedores e agricultores a encaminharem para processamento ou destruição todas as embalagens desses produtos após sua utilização. O Brasil descarta corretamente 94% das embalagens usadas nas grandes lavouras e, com isso, tem protegido o meio ambiente e evitado doenças aos agricultores. A logística desse trabalho é coordenada pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), uma organização que agrega os principais elos da produção agrícola no campo, desde associações de agricultores até fabricantes de defensivos agrícolas, atuando diretamente na educação e conscientização do produtor rural.

O diretor-presidente do InpEV, João César M. Rando, afirma que índices como esses colocam o Brasil em posição de referência mundial no assunto ao destinar percentualmente mais embalagens plásticas do que outros países com sistemas semelhantes. “As cooperativas têm um papel fundamental nesse processo de descarte. Todos os estados com a presença dessas organizações são muito atuantes no sistema Campo Limpo”, diz. “Atualmente, mais de 100 unidades de recebimento são gerenciadas diretamente por cooperativas”, completa. ▶

A logística reversa das embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas possibilitou que

250 MIL TONELADAS DE GÁS CARBÔNICO DEIXASSEM DE SER EMITIDAS DE 2002 A 2010





SISTEMA CAMPO LIMPO

Entre janeiro e novembro de 2012, **O CAMPO LIMPO RECOLHEU 34.603 TONELADAS DE EMBALAGENS VAZIAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.**

A quantidade representa um crescimento de 8% quando comparada ao mesmo período de 2011



iStockphoto

A reciclagem das embalagens entregues pelo agricultor reduziu a extração de recursos naturais utilizados no ciclo de produção do plástico. A ecoeficiência do sistema pôde ser evidenciada ainda pelos 25 bilhões de litros de água economizados pelas recicladoras parceiras que trabalham com sistema fechado de uso desse recurso. As responsabilidades compartilhadas previstas pela legislação, a integração entre os elos do sistema Campo Limpo e o investimento em campanhas educacionais são fatores primordiais para o sucesso do sistema



“As cooperativas têm um papel fundamental nesse processo de descarte. Todos os estados com a presença dessas organizações são muito atuantes no sistema Campo Limpo”

JOÃO CÉSAR M. RANDO
Diretor-presidente do InpEV

► A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é parceira dessas iniciativas e, inclusive, possui um assento no Conselho do InpEV, representado por Evaristo Câmara Machado Netto, conselheiro de Ética da OCB. O superintendente da OCB, Renato Nobile, exalta a importância do instituto afirmando que o Brasil possui um dos melhores sistemas de reciclagem de agroquímicos. “Há 12 anos, nos tornamos referência graças às campanhas coordenadas que mobilizam agricultores, distribuidores, cooperativas, indústrias e Poder Público em prol do meio ambiente e de toda a sociedade. Isso sem falar na instalação de postos de coleta espalhados pelo País”, avalia.

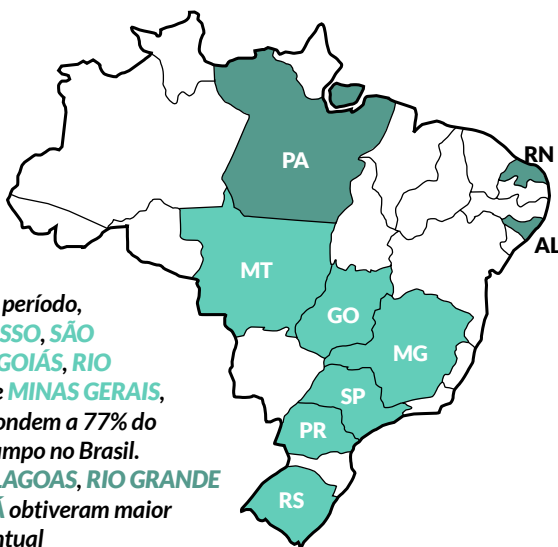
InpEV

Desde a criação do instituto, em 2001, já foram encaminhadas, de forma ambientalmente correta, mais de 230 mil toneladas de embalagens. No País, existem mais de 400 unidades de recebimento distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal. Dessa maneira, o instituto estimula a comercialização reversa das embalagens vazias de agroquímicos em um sistema conhecido como Campo Limpo.

Seu funcionamento consiste em responsabilizar as empresas não só pela colocação dos produtos no mercado, mas também pela forma como as embalagens serão devolvidas.

SISTEMA CAMPO LIMPO

Ainda em comparação ao ano anterior, os estados que mais encaminharam para a destinação final, nesse mesmo período, foram: **MATO GROSSO, SÃO PAULO, PARANÁ, GOIÁS, RIO GRANDE DO SUL e MINAS GERAIS**, que juntos correspondem a 77% do total retirado do campo no Brasil. Já os estados de **ALAGOAS, RIO GRANDE DO NORTE e PARÁ** obtiveram maior crescimento percentual



LEI N.º 9.974/2000

Atendendo às normas estabelecidas pelo Projeto de Lei n.º 9.974/2000, que entrou em vigor em 1.º de junho de 2002, o recolhimento e a destinação final das embalagens dos produtos fitossanitários no Brasil atribuem aos agricultores, fabricantes e canais de distribuição, com apoio do Poder Público, responsabilidades compartilhadas que possibilitam a logística reversa de embalagens vazias de agroquímicos. A lei estabelece, ainda, que o endereço de entrega dos frascos vazios esteja na nota fiscal emitida pela compra do produto, deixando para as revendas o primeiro papel na destinação correta das embalagens de defensivos agrícolas. Após serem recolhidas pelos produtores e levadas para as unidades de recebimento, as embalagens são encaminhadas para reciclagem ou incineração, podendo ser no próprio estado onde foi utilizado o produto ou não.

COMPARATIVO DE EMBALAGENS DESTINADAS Janeiro a novembro 2011 x 2012

| ESTADO | VOLUME 2011 (T) | VOLUME 2012 (T) | CRESCIMENTO (%) |
|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Mato Grosso | 8.214 | 8.223 | 0,1 |
| Paraná | 4.220 | 4.314 | 2 |
| São Paulo | 3.589 | 4.212 | 17 |
| Goiás | 3.350 | 3.725 | 11 |
| Rio Grande do Sul | 3.079 | 3.179 | 3 |
| Minas Gerais | 2.581 | 3.011 | 17 |
| Bahia | 2.581 | 2.774 | 8 |
| Mato Grosso do Sul | 2.225 | 2.308 | 4 |
| Santa Catarina | 451 | 528 | 17 |
| Piauí | 277 | 389 | 41 |
| Tocantins | 153 | 276 | 80 |
| Pernambuco | 199 | 222 | 12 |
| Espírito Santo | 199 | 221 | 11 |
| Alagoas | 34 | 170 | 395 |
| Pará | 63 | 121 | 91 |
| Rio de Janeiro | 68 | 75 | 11 |
| Rio Grande do Norte | 25 | 62 | 149 |
| OUTROS | 850 | 791 | (7,0) |
| BRASIL | 32.159 | 34.603 | 8 |

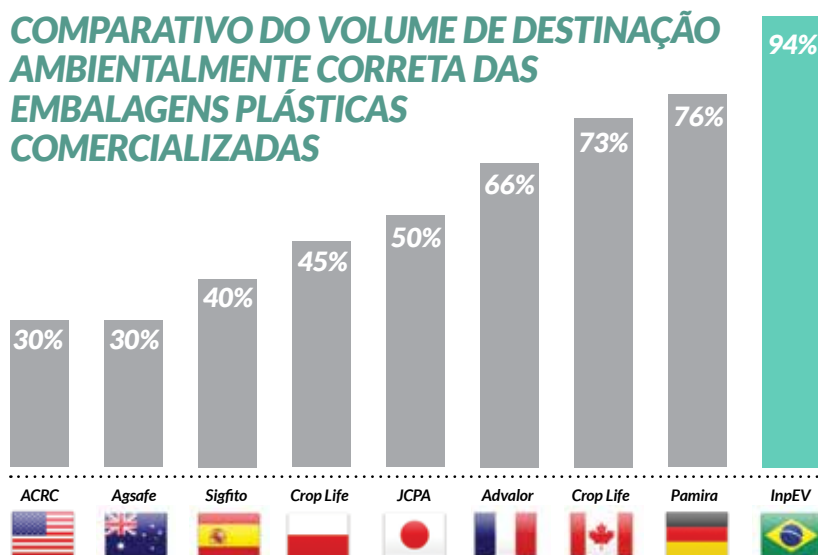
Cabe ao revendedor indicar, na nota fiscal de venda, o local onde o agricultor deve realizar o descarte do que foi adquirido. O agricultor fica responsável por esvaziar o conteúdo das embalagens e realizar um processo de tríplex lavagem, ou lavagem sob pressão, e depois perfurar o fundo do recipiente, evitando, assim, sua reutilização. Além disso, é papel do comprador devolver os recipientes no local indicado no prazo de até um ano.

Depois desse processo, a responsabilidade pela destinação das embalagens vazias passa a ser da indústria fabricante, que as encaminha para a reciclagem ou incineração. Ao Poder Público cabe a fiscalização do funcionamento do sistema de destinação, emitindo licenças de funcionamento para as unidades de recebimento e apoiando os esforços de educação e conscientização do agricultor em conjunto com fabricantes e comerciantes.

DESTAQUE

Líder do ranking de recolhimento, o Mato Grosso foi responsável por retirar do campo 8,2 toneladas de frascos até novembro do ano passado, nos 30 postos espalhados pelo estado. Em todo o Brasil, foram recolhidas 34 mil toneladas de embalagens, o que representou um crescimento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando mais de 32 mil toneladas foram recolhidas. Na segunda posição, está o Paraná, com 67 postos de coleta. No estado, a Agroindustrial Cooperativa (Coamo) tem se destacado por disponibilizar a seus cooperados 49 postos de recebimento de embalagens vazias, distribuídos nos municípios onde a cooperativa possui unidades. “Além de proporcionar melhor comodidade aos agricultores, já que os postos ficam próximos às suas propriedades, cumprimos a lei que prevê a exigência de instalações adequadas para a devolução”, explica Djalma Lucio de Oliveira, chefe do departamento de Direito Administrativo e Meio Ambiente da Coamo. Para o próximo ano, a cooperativa já incluiu o tema em um encontro anual com a participação esperada de seis mil cooperados. “A maioria dos produtores sabe exatamente como realizar a tríplex lavagem, mas o evento servirá para destacar a importância da coleta dos frascos e os riscos de procedimentos incorretos”, completa Oliveira. ●

COMPARATIVO DO VOLUME DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE CORRETA DAS EMBALAGENS PLÁSTICAS COMERCIALIZADAS



VOCÊ NA REVISTA

Este é um espaço que dá voz ao cooperativismo brasileiro. Aqui, representantes de cooperativas, de unidades estaduais e de todo o Sistema OCB podem expressar suas opiniões e trocar experiências, além de enviar sugestões para a equipe da Revista Saber Cooperar. **Confira os comentários desta edição:**



Mande também sua contribuição para a Revista Saber Cooperar. Envie um e-mail para revistadosescoop@sescoop.coop.br. Você faz parte da nossa equipe!



Angela Ramos

“O cooperativismo tem que se globalizar. E a faculdade tem o papel fundamental de gerar a internacionalização dos processos cooperativos”.

1 VERGÍLIO PERIUS

Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Ocergs) e do SESCOOP/RS



Arquivo SESCOOP

“É muito bom ver o cooperativismo crescendo no mundo, ganhando cada vez mais espaço. Acredito muito nesta filosofia e que as cooperativas constroem, de fato, um mundo melhor, como diz a frase que tanto vimos no Ano Internacional”.

3 JOANA JUNQUEIRA AYRES DE ARAÚJO GÓES

Analista de Gestão de Pessoas do Sicoob Central, em Salvador, na Bahia

“Cooperativismo é uma doutrina cultural e socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativistas. Cultural, por buscar aprimorar a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, justa e harmônica, visando à melhoria contínua. Socioeconômica, por visar ao desenvolvimento social e econômico, pautado na qualidade de vida.”

2 BÁRBARA FERNANDA FRANÇA
Assistente de Gestão de Pessoas da Cooperativa Agroindustrial Cocamar, em Maringá, no Paraná



“Os cooperados têm um interesse, uma preocupação e uma sensibilidade muito grandes com o outro. Aqui no Rio Grande do Norte, nós trabalhamos com projetos diferentes, ligados às áreas de saúde, meio ambiente, integração social e educação. É notável o retorno dos cooperados em relação ao nosso trabalho”.

4 LEIRIANY MARIA ÁLVARES PESSOA
Coordenadora de Promoção Social do Sescop do Rio Grande do Norte

“O cooperativismo está em uma de suas melhores fases. Nesses 22 anos que estou no movimento, nunca vi uma pujança tão boa quanto a que estou presenciando agora em relação ao desenvolvimento de cooperativas e à participação delas no cenário nacional. E o Sescop é parte disso, por ter dado um salto em relação à informação, fazendo um trabalho de conscientização com os associados, comunidades e familiares”.

5 PEDRO JOSÉ ALMEIDA
Gerente Técnico do Sescop da Paraíba





CAMINHOS ABERTOS

Ramo Transporte é o segundo maior
em número de cooperativas no Brasil





O setor de transportes movimentou cifras milionárias todos os anos, e o Governo Federal tem incentivado cada vez mais o segmento. Até 2017, os investimentos para essa área chegarão a R\$ 355,92 bilhões – 30% desse valor será destinado aos portos e hidrovias, 26% às ferrovias e 18% às rodovias.

Como consequência, as cooperativas de transporte crescem em ritmo acelerado e se beneficiam desses investimentos. Segundo estatísticas do Panorama do Cooperativismo Brasileiro de 2011, o Ramo Transporte já é o segundo maior em número de cooperativas atuantes no Brasil, contando com 143 mil cooperados e gerando nove mil empregos diretos.

A cada dia, os transportadores autônomos buscam, nas cooperativas, capacitação técnica, redução de custos, seja no transporte terrestre, seja no fluvial, e soluções dos seus problemas de forma coletiva. Essas vantagens possibilitam o aumento no número de cooperativas de transporte no País. O presidente da OCB/CE e diretor da OCB Nacional, João Nicéδιο Alves Nogueira, destaca que o transportador ainda ganha em termos de cidadania e segurança.

“O transporte ilícito, por exemplo, foge dos órgãos de fiscalização e das *blitzes*, fazendo rotas alternativas. Com isso, coloca em risco a vida dos passageiros e o seu patrimônio. Quando organizados em cooperativas, utilizam veículos padronizados e modernos. Não andam em veículos adaptados”, pondera Nicéδιο.

O presidente da OCB/CE avalia que, dentro do ramo, o transporte de passageiros é o que mais cresce. “O sistema progrediu até mesmo na semântica. Antes, era chamado de clandestino, depois de alternativo. Agora, ele é denominado complementar”. O diretor explica que o Governo Federal tem estimulado o setor e os estados, de modo geral, e está tentando implantar a regulamentação nas capitais e nas cidades do interior. “As linhas menos atrativas, agora, ficam para o transporte complementar, ou na capital, ou no interior”.

Já o presidente da OCB/MS, Celso Régis, elenca algumas ações que estimulariam ainda mais o segmento: “Precisamos fazer uma divulgação maior dos benefícios de trabalhar de forma cooperada. A organização do negócio em cooperativas fortalece o setor”. Celso ressalta que o transporte é um dos ramos mais importantes do cooperativismo, pois um dos gargalos de diversos setores da economia é a logística, tanto para transporte de cargas quanto de passageiros.

“O desenvolvimento dessa área traz benefícios a vários outros ramos, como o agropecuário, sem contar que todo o Brasil precisa de novas alternativas de transporte”, ressalta Régis, que também é diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).



Arquivo Sescoop/CE

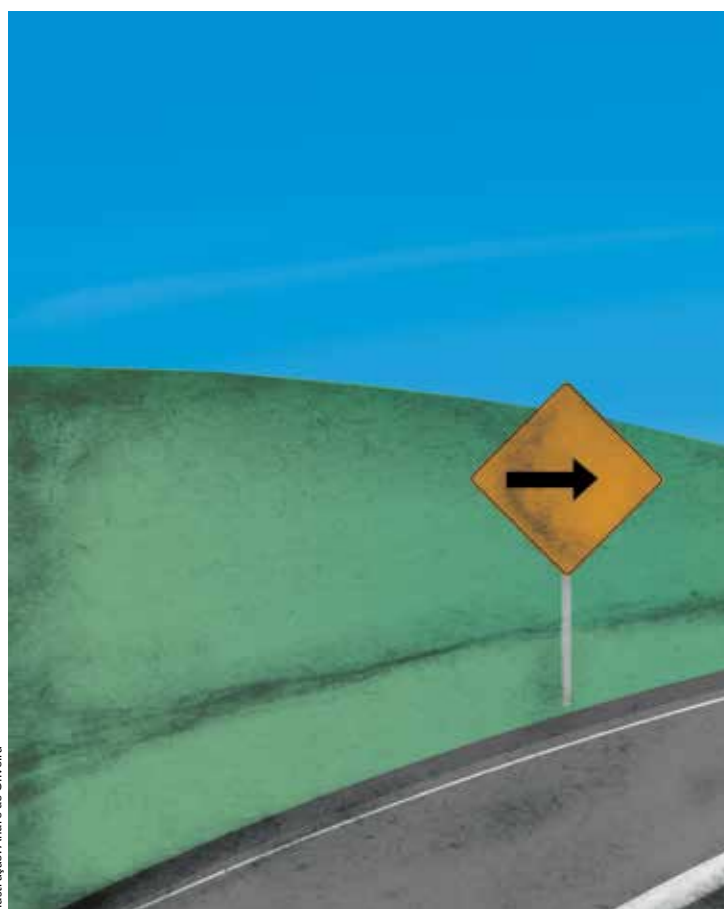


Ilustração: André de Oliveira

“ O transporte ilícito, por exemplo, foge dos órgãos de fiscalização e das *blitzes*, fazendo rotas alternativas. Com isso, coloca em risco a vida dos passageiros e o seu patrimônio. Quando organizados em cooperativas, utilizam veículos padronizados e modernos. Não andam em veículos adaptados”

JOÃO NICÉDIO ALVES NOGUEIRA

Presidente da OCB/CE e diretor da OCB Nacional

TRANSPORTE DE CARGAS

Estima-se que, no Brasil, 60% dos transportes de carga são feitos utilizando-se o modal rodoviário. Conforme dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o País tem hoje 768 mil transportadoras de cargas cadastradas no Registro Nacional de Transportadores de Carga (RNTRC). São 1,8 milhão de veículos. Do total de registros emitidos, 119 mil são de empresas e 649 mil de autônomos e cooperados.

Uma grande vitória para o setor foi a alteração da Lei n.º 7.713/1998, por meio da Medida Provisória n.º 582/2012, que reduziu o percentual do Imposto de Renda (IR) devido pelo prestador autônomo de transporte de carga. A incidência do imposto era de 40% do rendimento bruto. Hoje, esse valor caiu para 10%. Em média, um caminhão que faturava R\$ 30 mil tinha um custo de R\$ 13 a R\$ 15 mil de óleo diesel e pagava cerca de R\$ 2,7 mil de IR. Hoje, paga somente R\$ 50.

SEGREDO DO SUCESSO

O presidente da Cooperativa de Transporte Sul Serrana Capixaba (Serrana), Lusmar Ferreira, salienta a importância de trabalhar de forma cooperada. ▶



INCENTIVOS

Em setembro do ano passado, os setores de transporte rodoviário de passageiros, marítimo e aéreo foram beneficiados pela Política de Desoneração da Folha de Pagamentos, tributação que representa um dos principais custos do setor.

A ação, que começou a vigorar em dezembro de 2012, tem a intenção de reduzir custos, aumentar o dinamismo das empresas e incentivar o crescimento da economia. Na área de transporte, por exemplo, a desoneração chega a R\$ 2,1 bilhões – a arrecadação cai de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 1,2 bilhão com a nova política. O gerente substituto de Regulação do Transporte Rodoviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), André Maia, informa que o Governo Federal tem incentivado as cooperativas de transporte.

“Estamos valorizando as cooperativas criadas por iniciativas dos próprios trabalhadores. E, nesse contexto, pode-se citar a Lei n.º 11.442/2007, que disciplinou a forma de pagamento do frete ao transportador”, diz André Maia. A lei dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração. Ela foi, posteriormente, regulamentada por duas resoluções da ANTT: a n.º 3.056/2009 e a n.º 3.698/2011. Esta última, fruto de uma ação bem elaborada pelo setor cooperativista, levou ao conhecimento da agência o diferencial o qual as cooperativas têm em relação às demais categorias, o que resultou em um comunicado da agência. Pelo Comunicado Sucar/ANTT n.º 12, ficava facultado às cooperativas a emissão do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT). Esse código passou a ser obrigatório para todos os transportadores autônomos, as cooperativas e as empresas com até três caminhões. Na versão original da Resolução n.º 3.698\2011, em todos os casos, o embarcador é quem deveria gerar tal código, o que, no entendimento das cooperativas, era uma perda de competitividade frente às demais empresas.



Arquivo Serrana



Arquivo Serrana



REFERÊNCIA
Com uma frota de mais de 1,5 mil carros e mil carretas, a Cooperativa Serrana é uma das maiores organizações do estado

► “Uma categoria unida ganha em escala: na compra de insumos, otimizando seus custos e, também pelo lado profissional, participando de cursos. Hoje em dia, os embarcadores contratam empresas sólidas que tenham condições técnicas para cumprirem o contrato. O trabalhador autônomo quase nunca dá essa segurança”.

A Serrana é uma cooperativa mista de cargas e passageiros e, atualmente, transporta 21 mil toneladas de mercadoria por mês. Tem uma filial no Paraná, uma em Minas Gerais, uma base de apoio no Rio de Janeiro e seis no Espírito Santo. O faturamento gira em torno de R\$ 8 milhões por mês.

“Temos quase 1,5 mil carros na frota (van, ônibus) e mil carretas. Em 2003, quando começamos, éramos 23 cooperados. Hoje, somos 1,5 mil e estamos entre as 200 maiores empresas do estado, trabalhando também com autoposto e locação de veículo de passageiros e caminhões”, afirma o presidente.

Lusmar, que também acumula os cargos de diretor da OCB/ES e conselheiro da OCB Nacional, entende que o Governo Federal tem de realizar mais campanhas educativas sobre o cumprimento da legislação.

TRANSPORTE FLUVIAL

Na região norte do País, o barco acaba sendo o principal meio para transportar as pessoas. No estado do Amazonas, por exemplo, os 62 municípios são ligados por rios, a maioria deles navegável, durante todo o ano. De acordo com o superintendente do Sescoop/AM, Adriano Trentin Fassini, com o desenvolvimento do cooperativismo no estado houve uma maior uniformidade das embarcações e aumentou o número de motoristas habilitados.

“Temos sete cooperativas que fazem o transporte de passageiros. Elas possuem sede própria e compram embarcações por meio de financiamentos com taxas de juros menores e, conseqüentemente, aprimoram os serviços prestados aos usuários”, afirma Adriano Trentin.

No interior do estado, uma cooperativa tem se destacado: a Cooperativa de Transporte Coletivo Fluvial e Terrestre do Estado do Amazonas (Cootrafet), do município de Manacapuru. A história da cooperativa é um exemplo de superação após uma tragédia. Em maio de 2008, a embarcação Comandante Sales naufragou. “Desde então, decidimos nos organizar e criamos uma cooperativa para oferecer melhores condições à comunidade local. Além disso, agora podemos participar das licitações do governo”, conta o presidente, Raimundo José Chames.

A Cootrafet tem hoje 286 cooperados. “Transportamos, em média, 12 mil alunos por dia. Temos uma frota de 300 embarcações, entre lanchas (voadeiras) e barcos regionais.” explica. Raimundo Chames diz que a OCB/AM tem ajudado muito. Exemplo disso é o curso de marinho fluvial de convés e de máquinas oferecido, recentemente, aos cooperados e realizado por instrutores da Capitania dos Portos. ●

SAKAE KAMITANI



Tradição
cooperativista
do Japão para
o Brasil



Arquivo Copasul

No início do século 20, enquanto o Japão passava por um período de acentuado crescimento populacional e carência de empregos, cada vez mais estrangeiros chegavam ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café. Com o objetivo de suprir as necessidades dos dois países, foi selado um acordo migratório que provocou a vinda de aproximadamente 160 mil japoneses ao território brasileiro até o início da década de 1940. Dentre eles, estava a família de Sakae Kamitani, um dos pioneiros do cooperativismo agrícola no País. Os Kamitani chegaram ao Brasil em 1934, para trabalhar em fazendas de cultivo de café no interior do estado de São Paulo.

Vinte anos depois, já estabilizados, compraram uma fazenda no estado do Paraná, e o patriarca tornou-se associado da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), uma das maiores da época. E foi exatamente nesse local que Sakae, o menino imigrante, teve contato, pela primeira vez, com o cooperativismo. “Naquele período eram oferecidos cursos sobre a doutrina cooperativista às famílias dos cooperados, e logo me interessei por esse modelo no qual todos têm direitos e deveres iguais”, conta.

Em 1961, inspirado pelo cooperativismo e pela paixão da família pelo campo, Sakae mudou-se para uma fazenda no município de Naviraí/MS, onde se dedicou a uma lavoura de hortelã. Em seguida, iniciou o plantio de algodão, aumentando seus negócios e incentivando os produtores da região a apostar nessa cultura. “Deu tão certo que tivemos que arrendar novas terras para expansão. Fizemos, inclusive, um acordo para ocupar a Fazenda Santa Helena do Vasco, que foi a base para a criação, anos depois, da cooperativa que fundamos na região”, conta.

Passados seis anos, Kamitani mudou-se para a área urbana e fundou a Casa Sakae, comércio de tecidos. Depois, contribuiu para a instalação da usina de beneficiamento de algodão no entreposto da Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense (Copagra), em que atuou como gerente. Seu objetivo era gerar mais empregos e solucionar o alto custo do transporte do algodão no norte paranaense, um desafio enfrentado pelos produtores da fibra.

COPASUL

Em 1978, a história de Sakae com o cooperativismo intensificou-se. No município de Naviraí, a família Kamitani decidiu montar com o grupo Suekane a Cooperativa Agrícola Sul Mato-Grossense (Copasul). Na época, eram apenas 27 cooperados, todos produtores de algodão.

“Foi um importante passo para manter a tradição agrícola, além de contribuir para o desenvolvimento do município. Estabelecemos uma atividade econômica em Naviraí”, destaca. O projeto deu certo. “Ainda geramos emprego, fortalecemos nossos associados e contribuimos com a vida dos cooperados, que são referência tanto na produção quanto no comércio local”, completa.

Atualmente, a Copasul possui 647 associados, 350 funcionários e uma área que totaliza mais de cem mil hectares. A cooperativa trabalha com a produção de algodão, soja, milho, mandioca, trigo, sorgo, aveia, girassol e resíduos. A estrutura é composta por uma sede administrativa; ponto industrial de feccularia, fiação de algodão, depósito de insumos agrícolas e plumas; e silos (local para secagem e armazenamento de produtos agrícolas). Possui unidades nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Novo Horizonte do Sul, Deodópolis e Maracaju.

Mas para Sakae esses não são os únicos motivos de orgulho relacionados à cooperativa. Há algum tempo, o Cooperjovem, um projeto desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), foi implantado na Copasul em parceria com a Escola Municipal Odescio Nunes de Matos sob o nome de Projeto Coopermirim, proporcionando o conhecimento dos princípios cooperativistas a alunos do 5.º ao 9.º ano. “Espero que atitudes como



Já conquistamos a declaração do Ano Internacional das Cooperativas por parte das Nações Unidas. Cabe agora a nós, cooperados, continuar provando que este modelo é o mais preparado para atender às necessidades e aos anseios da população”

essa possam criar novos líderes, fazendo-os crescer, serem felizes e realizados”, afirma.

Sakae acredita e defende o trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), em especial por ajudar a perpetuar a doutrina. “Esse tipo de iniciativa não só capacita colaboradores e associados, como permite atualizar os envolvidos no cooperativismo em relação às suas constantes transformações”.

Até hoje, o imigrante japonês agradece por ter participado de um curso de jovens e conhecido esse movimento tão importante para o mundo. Ele ressalta que o cooperativismo é o único modelo econômico do mundo que beneficia todos os envolvidos. “Enalteço e defendo esse movimento que fortalece os nossos cooperados”, diz. “Já conquistamos a declaração do Ano Internacional das Cooperativas por parte das Nações Unidas. Cabe agora a nós, cooperados, continuar provando que este modelo é o mais preparado para atender às necessidades e aos anseios da população”, finaliza.

Sakae Kamitani, sua esposa, Yae Yamashita Kamitani, mais conhecida como Dona Terezinha, e seus filhos ainda se dedicam à Copasul, ajudando a escrever a história de Naviraí. ●

EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Cooperativa de Mato Grosso do Sul transforma dejetos de suínos em biogás e biofertilizantes



Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), na Rio+20, uma cooperativa agrícola da zona rural de Mato Grosso do Sul ganhou destaque entre chefes de Estado, governantes, delegados e jornalistas de diversos países.

O alvo de tantos olhares curiosos era a Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste (Cooasgo), que, há seis anos, realiza uma atividade inovadora de transformar dejetos de suínos – conhecidos vilões do meio ambiente – em biogás e biofertilizantes. Com esse trabalho, os cooperados geram energia para 100% das propriedades rurais; queimam gás para produzir créditos de carbono; e abastecem, assim, os pivôs da fertirrigação, utilizada na adubação das lavouras,

para levar, por meio da água irrigada, nutrientes ao solo cultivado.

E esse processo ocorre de uma forma muito simples segundo o presidente da instituição, Jair Antônio Borgmamm. Ele explica que, “por meio de biodigestores instalados nas propriedades, fervemos o gás metano, oriundo dos excretos dos animais e o transformamos em combustível não poluente, que ajuda na produção de energia e adubo natural”.

Ao todo, 28 equipamentos, alojados em 28 propriedades de 52 suinocultores, são responsáveis pela produção do biogás e dos biofertilizantes. Isso promove o desenvolvimento sustentável da região e gera renda e economia aos produtores rurais.

A história da Cooasgo começou com uma preocupação ambiental, antes mesmo de os



“Empregamos hoje mais de duas mil pessoas diretamente, numa cidade de 22 mil habitantes. Mais de 50% do milho produzido na região vai para a suinocultura. Esses números mostram a relevância da cooperativa para a cidade”

JAIR BORGMAMM
Presidente da Cooasgo

Ilustração: Fernando Lopes

biodigestores serem instalados. “Desde 2004, nós sentimos a obrigação de resolver os problemas da suinocultura da região, causados pelos resíduos lançados à natureza”, destaca Jair. Entre eles, o forte odor nas propriedades, as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), além da contaminação do solo e dos recursos hídricos da área. “Havia muita reclamação por parte dos assentados que não eram suinocultores, especialmente em relação ao mau cheiro”, lembra Jair. Começou-se uma busca por um novo tratamento dos dejetos efluentes dos animais. Foi, então, que o presidente, na época, conseguiu a parceria de uma empresa do Canadá, que construiu os biodigestores nas propriedades sem nenhum custo. “Em troca, a empresa exploraria, durante dez anos, os créditos de carbono produzidos pelos produtores de São Gabriel do

Oeste, repassando a eles 10% do valor obtido com a venda da moeda verde”.

O negócio era bom, afinal, conseguiriam resolver a questão dos dejetos dos suínos, sairiam da condição de poluidores e ainda receberiam uma quantia por isso. Só não imaginavam que a situação ficaria ainda melhor. Entre 2007 e 2008, outra empresa, desta vez de Portugal, também passou a investir na Cooasgo, ampliando o projeto para atender a 100% das propriedades independentemente de seus portes.

E de acordo com Jair Borgmamm, essa parceria existe até hoje. “Não se constrói mais sem biodigestor. Toda granja que é instalada, a gente faz um estudo do tamanho, a empresa vem, monta o equipamento, faz o treinamento com o pessoal e, após esse processo, passamos a utilizá-lo para produção do biogás e dos biofertilizantes”, comenta. ▶

► **OBJETIVOS ALCANÇADOS**

Com a implantação dos biodigestores, a Cooasgo conseguiu diminuir o problema do mau cheiro ocasionado pelos dejetos dos animais, passou a produzir energia elétrica com motores diesel adaptados e fazer a fertilização das culturas, além de produzir fertilizantes sólidos.

A cooperativa também obteve outras facilidades. Com agentes menos poluentes, passaram a obter, com mais facilidade, as licenças ambientais para construir novas granjas. “O que antes era uma dificuldade, passou a nos ajudar na continuidade da produção de suínos nessa região de Mato Grosso do Sul”, completa o presidente.

Outro resultado relevante desse processo foi que o faturamento da Cooasgo passou de R\$ 50 milhões, em 2006, para R\$ 250 milhões, em 2012. Em consequência desse crescimento, a estrutura também aumentou. Enquanto há seis anos a cooperativa tinha apenas 28 funcionários, hoje conta com 200. No frigorífico, em 2006, eram apenas 430 empregados, agora são 1.400 no total. “Empregamos hoje mais de duas mil pessoas diretamente, numa cidade de 22 mil habitantes. Mais de 50% do milho produzido na região vai para a suinocultura. Esses números mostram a relevância da cooperativa para a cidade”, destaca Jair.



ENTENDA O PROCESSO

Até chegar a esses dois produtos, os excretos dos suínos passam por três etapas. A primeira delas é a da limpeza. Todos os dias, esses dejetos são retirados das pocilgas e, por meio de tubulações de desnível, caem dentro de uma primeira lagoa, onde está localizado o biodigestor, e uma manta faz a armazenagem. “Nesse momento, pode-se tanto produzir créditos de carbono ou queimar via motor para gerar energia ou a fertirrigação”, complementa. Na segunda etapa, o material vai para outra lagoa, que filtra toda a parte sólida que não parou na primeira fase e faz a separação. Em seguida, tudo o que sobra é encaminhado para uma terceira lagoa, onde é realizada a última etapa do processo. Neste ambiente, uma estrutura revestida faz a captação da parte líquida e a distribui ao solo para a fertirrigação da bovinocultura ou agricultura.



PRIMEIRA ETAPA



2.000
EMPREGADOS
DIRETOS EM
SÃO GABRIEL DO OESTE



2012 FATURAMENTO
R\$ **250** MILHÕES



Fotos: Flammacom Maringá

IMPORTÂNCIA PARA O ESTADO

Para o presidente da Organização das Cooperativas de Mato Grosso do Sul, Celso Ramos Régis, projetos como esse também são de grande valia para o sistema cooperativista do estado. “Esse tipo de iniciativa nos fortalece enquanto modelo de organização econômica da sociedade, que busca a sustentabilidade. É uma prova de que sabemos ser ambientalmente corretas, por meio do tripé: economia viável, justiça social e ser sustentável”, afirma.

Ainda de acordo com Celso Régis, outras instituições trabalham com formas diferentes de aproveitamento de material orgânico para gerar energia, tanto na avicultura como na agricultura. E a ideia é que cada vez mais organizações realizem esse trabalho. “No nosso planejamento, está previsto o incentivo a iniciativas que buscam a sustentabilidade. Buscamos fomentar e orientar os cooperados para inovarem, por meio de modernas técnicas de preservação, além de novas tecnologias”, antecipa.

MAIS SOBRE A COOASGO

A Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste foi fundada em março de 1993, com apenas 23 produtores. Hoje, conta com 322 associados, dos quais 52 são suinocultores. A Cooasgo é filiada à Central Aurora Alimentos (Aurora), com sede em Chapecó (SC), hoje com 13 filiais, e produz, atualmente, cerca de 2,2 mil suínos para abate/dia, todos com peso entre 115 e 120 quilos. Toda essa produção é realizada por um sistema de integração, em que estão envolvidos a Aurora, a Cooasgo e o produtor rural.

A cooperativa quer crescer. A meta é que, ainda no começo de 2015, eles consigam produzir três mil suínos/dia. E, com o aumento do número de animais, a ideia é também elevar a produção de energia. O objetivo, na verdade, é, inclusive, criar uma minissubestação, uma miniusina de produção de energia dentro da Cooasgo. “Se nós estamos produzindo hoje dez megas, daqui a dois ou três anos, produziremos 13 a 14 megas, o que seria um número bom para viabilizarmos energia a todas as propriedades da cidade”, se alegra o presidente, Jair Borgmamm.

Além disso, estão investindo bastante na área da agricultura. “Nós queremos incrementar e fortalecer ainda mais essa atividade, para que todos trabalhem de forma integrada. Hoje, quem está com a lavoura-pecuária é quem tem suínos. Os produtores agrícolas também precisam entrar nessa diversificação para não ficarem dependendo de uma atividade só”, complementa. ●

As oportunidades de emprego para pessoas que cumprem regime aberto e semiaberto no sistema prisional de todo o País ainda são muito baixas. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ), apenas 20% da população carcerária do Brasil consegue trabalho digno ao sair do regime fechado de detenção. No estado do Paraná, uma cooperativa tem lutado para mudar essa realidade.

Em parceria com a direção da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), a Cooperativa Agroindustrial Cocamar oferece emprego e renda aos internos que cumprem regime semiaberto na Colônia Penal Interna de Maringá (CPIM). A iniciativa promove a inclusão social e oferece perspectivas de um futuro melhor e mais digno aos detentos que abraçam essa oportunidade. Esse retorno ao mercado produtivo – proporcionado pela Cocamar – ajudou a reduzir os casos de reincidência entre os detentos e ex-detentos. Simultaneamente, atendeu à necessidade de mão de obra da empresa em alguns setores produtivos.

No início do projeto, em 2010, a Cocamar empregou 25 internos. Hoje, esse número dobrou: ao todo, 50 presos atuam na linha de produção das unidades industriais nos setores graneleiro, de sucos e maionese, de resíduos vegetais e minerais, envase de óleo, expedição e, ainda, na indústria de fios. A carga horária é a mesma dos outros colaboradores. Os internos iniciam suas atividades às 8h e, às 17h30, retornam à PEM.

Segundo o coordenador do projeto, Marçal Siqueira, os detentos adaptaram-se rapidamente à rotina da cooperativa e a produção deles é consideravelmente alta. “Eles têm um ritmo de trabalho muito bom. Posso afirmar que é acima da média. Acredito que seja porque alguns vieram da própria zona rural e já lidavam com esse tipo de atividade”. Segundo Siqueira, eles estão sempre dispostos a trabalhar, demonstram interesse em aprender e se aprimorar a cada dia.

TRABALHO DIGNO

O Projeto de Inclusão Social obedece às disposições da Lei n.º 7.210/1984 de Execuções Penais, que prevê a redução de um dia da pena a cada três trabalhados. A legislação define, ainda, o valor do salário pago aos detentos e prevê o envio de 80% do valor recebido às famílias do trabalhador. O restante é guardado em uma poupança para ser sacado após a obtenção do regime aberto.

“A Cocamar me abriu portas e me fez progredir como pessoa”, afirma Luiz (nome fictício para preservar a identidade do entrevistado). O rapaz é um dos detentos beneficiados pelo programa da cooperativa e só faz elogios aos empregadores. “O dinheiro que recebo auxilia minha família e me faz sentir novamente útil para continuar a vida e fazer as escolhas certas daqui para frente”, ressalta.



INCLUSÃO SOCIAL

Cooperativa paranaense desenvolve projetos para incluir socialmente detentos do estado



Flamma.com/Maringá

FÁBRICA TÊXTIL
Egressos do sistema penitenciário, contratados pela Cocamar, trabalhando no projeto de inclusão social



Flamma.com/Maringá

CULTIVANDO SONHOS



Projeto Cultivar

Desde 2006, a Cocamar também ajuda alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade por meio do Projeto Cultivar. Ao todo, 38 jovens com necessidades especiais são contratados como colaboradores para ajudar na produção de mudas de espécies nativas na cooperativa. O Cultivar já distribuiu, em seis anos, mais de dois milhões de mudas, distribuídas a cooperados e cidadãos para recomposição de matas ciliares. Um grupo de internos da PEM também participa da ação.

Ainda na opinião de Luiz, “muito se fala em inclusão social no País, mas pouco se faz para isso. A Cocamar acreditou nessa possibilidade. Por isso, a gente procura sempre retribuir essa confiança com a qualidade da nossa mão de obra”, completou.

Satisfeita com os resultados do projeto, a Cocamar já pensa na possibilidade de efetivar alguns ex-detentos. “Nossa intenção é que a maioria deles fique com a gente, cumpra a pena e retorne para ser contratada. Queremos que tenham uma perspectiva de vida, depois de tanto tempo presos. Inclusive, já contratamos dois dos ex-detentos que participaram do programa”, conclui.

INCLUSÃO SOCIAL NA COPA

O Conselho Nacional de Justiça também possui um programa destinado à inclusão social de ex-detento, intitulado “Começar de Novo”. Criado em 2009, o programa utiliza a oferta de oportunidades como estratégia de prevenção da reincidência criminal e já empregou milhares de pessoas. Só no Espírito Santo e no Distrito Federal, foram 27 mil beneficiados, que trabalharam em empresas como Odebrecht, Hering e Oi Telefonia.

Há três anos, o CNJ assinou acordo de cooperação técnica com os Comitês Organizadores Locais da Copa de 2014, para aumentar as oportunidades de emprego e renda desse público. O documento prevê que, em empreendimentos com mais de 20 operários, 5% das vagas sejam preenchidas por reeducandos (detentos, ex-detentos, cumpridores de penas alternativas e adolescentes em conflito com a lei). Até agora, oito estádios já estão sendo erguidos com a ajuda de 148 internos e egressos de penitenciárias. ●



8.º PRÊMIO COOPERATIVAS DO ANO

Edição homenageia 21
cooperativas de todo o País

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e a Revista Globo Rural reconheceram o trabalho de 21 cooperativas brasileiras durante a 8.ª Edição do Prêmio Cooperativas do Ano, no final de 2012. As vencedoras foram consagradas em sete importantes categorias, todas com o tema central: “Cooperativas constroem um mundo melhor”, *slogan* oficial do Ano Internacional.

O evento é considerado a “noite de gala” do cooperativismo nacional, por ser a maior premiação no País ligada ao tema. Tanto que, na ocasião, grandes autoridades – como ministros de estado, parlamentares, diretores de cooperativas e até representantes mundiais do setor – aproveitaram para reforçar os elo-

gios relativos ao movimento no Brasil e no mundo.

O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, ressaltou, por exemplo, que “as cooperativas merecem essa homenagem e devem ser reconhecidas como instituições sérias, comprometidas com a sua base, seus cooperados e com a sociedade. Foi assim em 2008 e 2009, durante a crise financeira internacional, e assim deve continuar. Que 2012 seja um marco para um crescimento ainda maior do setor cooperativista”. Já o embaixador da FAO para o Cooperativismo Mundial, Roberto Rodrigues, completou, afirmando que “somos os promotores da igualdade social, da sustentabilidade e da equidade, resultando na promoção da paz social entre as pessoas e os países”.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, também estava presente e, em seu discurso, ressaltou o papel do segmento como parceiro do desenvolvimento sustentável brasileiro.

SOLENIDADE

Representantes do setor e defensores do cooperativismo durante cerimônia de entrega do Biênio em Brasília



“O cooperativismo ajudará a acabar com a insegurança jurídica daqueles que vivem da terra, produzindo com sustentabilidade. Temos uma chance excepcional de fazer diferente: um Brasil mais justo e sustentável”

IZABELLA TEIXEIRA
Ministra do Meio Ambiente

“O cooperativismo ajudará a acabar com a insegurança jurídica daqueles que vivem da terra, produzindo com sustentabilidade. Temos uma chance excepcional de fazer diferente: um Brasil mais justo e sustentável”, afirmou.

A oitava edição do Prêmio contou com boas surpresas. Além do clima de muita descontração, música e a culinária típica do cerrado brasileiro, a OCB reconheceu mais de 80 cooperativas do Brasil ao entregar o selo “Projeto de Referência Estadual”. Os certificados ficarão registrados nos arquivos permanentes da organização e poderão ser utilizados pelas cooperativas como prova de qualidade e de competência na gestão. Ao todo, foram 212 trabalhos inscritos, mostrando o empenho de 138 organizações de 20 estados, de diversos ramos e portes.

O Prêmio Cooperativas do Ano foi criado em 2004, voltado inicialmente para o Ramo Agropecuário. De lá para cá, tornou-se sólido e passou a contemplar os 12 ramos restantes. Até hoje, recebeu mais de mil projetos provenientes de 150 cooperativas brasileiras. ●

IV FÓRUM SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA

Banco Central
anunciou incentivos ao
cooperativismo de crédito

Em outubro de 2012, foi realizado, em Porto Alegre/RS, o IV Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, evento que teve como objetivo apresentar e discutir o andamento do Plano de Fortalecimento do Ambiente Institucional. Na ocasião, em reconhecimento à importância do Ramo Crédito, foram discutidas perspectivas para a formulação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e a regulamentação e atuação dessas instituições no segmento de microcrédito. O BC aproveitou para celebrar o Ano Internacional das Cooperativas, lançando uma moeda comemorativa com a logomarca oficial e o *slogan*: “Cooperativas constroem um mundo melhor”.

Na cerimônia de abertura, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, anunciou a criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). “O objetivo é garantir os depósitos em cooperativas de crédito, além de, em um segundo momento, apoiar operações de assistência e suporte financeiro. Esse fundo será de abrangência nacional, independente, e contará com a participação de todas as cooperativas do ramo que captam depósitos, além dos bancos cooperativos”, disse. Em junho do mesmo ano, o cooperativismo de crédito atingiu a marca dos seis milhões de associados, com mais de 4,8 mil pontos de atendimento e um volume de operações de 40

RECONHECIMENTO

Em três dias, evento ressaltou a atuação das cooperativas brasileiras de crédito e celebrou o Ano Internacional, 2012



Divulgação Banco Central



Divulgação Banco Central



O objetivo é garantir os depósitos em cooperativas de crédito. Esse fundo será de abrangência nacional, independente, e contará com a participação de todas as cooperativas do ramo que captam depósitos, além dos bancos cooperativos”

ALEXANDRE TOMBINI
Presidente do Banco Central

bilhões, índice 40% superior a dezembro de 2010. Em dez anos, o crescimento foi de 600%.

A adoção dos princípios de boa governança; a sanção da Lei Complementar n.º 130/2009, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; a criação de novos tipos de cooperativas de crédito (como as de livre admissão) e também da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC) foram fatores determinantes para essa evolução na opinião de Tombini. “As cooperativas são um instrumento essencial ao processo de inclusão financeira e de geração de renda”, pontuou.

O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, destacou que o FGCoop é o resultado do trabalho conjunto de agentes do setor. “Foi um processo que contou com a participação do Banco Central, do Conselho Consultivo de Crédito e de todas as cooperativas do Sistema. Isso dá mais força ao fundo, que terá um papel fundamental para vencermos a barreira dos 2% de participação no sistema financeiro nacional, levando o acesso a serviços e produtos a um número ainda maior de pessoas”, disse o dirigente.

INCLUSÃO FINANCEIRA

Por meio de programas e fóruns, o Banco Central vem, desde a década de 1990, atuando pela ampliação e melhoria do acesso da população aos serviços financeiros em três frentes: expansão e fortalecimento dos canais de acesso; criação de instrumentos para melhor adequação desses serviços aos segmentos de menor renda; e garantia da qualidade na provisão dessas oportunidades.

PLANO DE FORTALECIMENTO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL

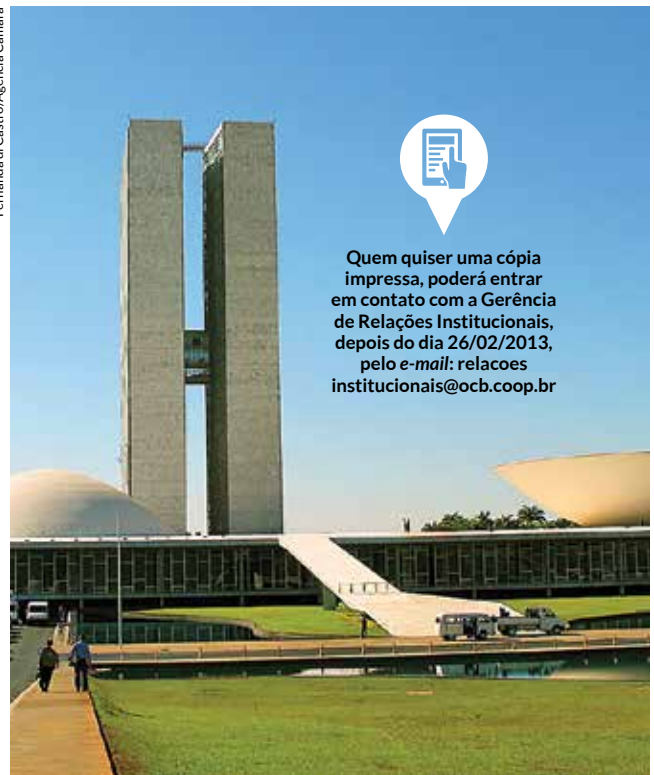
Foco da quarta edição do fórum, o plano reúne um conjunto de ações a serem implementadas até 2014, que vão desde a definição de um marco regulatório para o serviço de *mobile payment* – pagamentos bancários realizados por meio de celulares e outros dispositivos – até o esclarecimento dos direitos do consumidor nos serviços financeiros e a realização de pesquisas para ouvir dos usuários demandas e melhorias nesse setor. ●

■ AGENDA

AGENDA LEGISLATIVA APRESENTA PRIORIDADES DA OCB NO CONGRESSO NACIONAL EM 2013

Estreitar e tornar mais transparentes as relações do Sistema OCB com o Congresso Nacional é objetivo da Agenda Legislativa do Cooperativismo. A sétima edição da publicação será lançada em Brasília, no final de fevereiro. Coordenada pela Gerência de Relações Institucionais da OCB, a agenda apresenta as principais demandas do setor aos deputados e senadores, explica a esses parlamentares quais os posicionamentos da OCB em relação a determinadas proposições e traz orientações sobre como colaborar com o cooperativismo na defesa dessas propostas. “Ao todo, serão em torno de 50 projetos destacados, separados por ramo”, ressalta a gerente da área, Fabíola Nader Motta. Uma seção evidencia os textos de interesse do setor de forma geral. Entre eles, destaca-se o Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 271/2005, que regulamentará o Ato Cooperativo. A Agenda Legislativa será entregue nos gabinetes de todos os parlamentares e lideranças, nas cooperativas do sistema, nas unidades estaduais do Sistema OCB e, ainda, nos ministérios e entidades parceiras da instituição. A agenda também ficará disponível na internet por meio do Portal Brasil Cooperativo (www.brasilcooperativo.coop.br) e do Blog OCB no Congresso (ocbnocongresso.brasilcooperativo.coop.br).

Fernanda di Castro/Agência Câmara



Quem quiser uma cópia impressa, poderá entrar em contato com a Gerência de Relações Institucionais, depois do dia 26/02/2013, pelo e-mail: relacoesinstitucionais@ocb.coop.br

■ CARTILHA

QUALIDADE DE VIDA É TEMA DE CARTILHA LANÇADA PELO SESCOOP

A fim de orientar os projetos de responsabilidade social das cooperativas brasileiras com foco no desenvolvimento humano, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) acabou de lançar a cartilha “Qualidade de vida como valor do cooperativismo”. O material reúne diversos conceitos sobre a temática e traz, ainda, tópicos relacionados à saúde, felicidade, *marketing* social, entre outros. A ideia, segundo a gerente de Promoção Social do Sescoop, Maria Eugênia Ruiz Borba, “é trazer à realidade cooperativista assuntos largamente utilizados no mundo corporativo, como forma de subsidiar os trabalhos realizados pelas unidades estaduais”. Ainda de acordo com Maria Eugênia, a publicação também servirá para sistematizar o que hoje é realizado nas unidades estaduais, visando à construção de um modelo nacional. Vale destacar: essa é a primeira de uma série de cartilhas produzidas pelo Sescoop, com o intuito de ampliar os projetos de promoção social no País. Outras com o tema “Responsabilidade Socioambiental” e “Segurança do Trabalho” já estão sendo finalizadas e devem ser lançadas em janeiro de 2013.



A cartilha “Qualidade de vida como valor do cooperativismo” foi distribuída em cada uma das unidades estaduais do Sescoop e pode ser acessada gratuitamente pelo link www.brasilcooperativo.coop.br.





■ LIVRO

ANUÁRIO APRESENTA PRINCIPAIS RESULTADOS DO COOPERATIVISMO MINEIRO

A Organização das Cooperativas de Minas Gerais (Ocemg) divulgou, no final de 2012, a 7.ª Edição do Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro. A publicação, disponível para *download* gratuito no *site* do órgão, apresenta o retrato socioeconômico de cada uma das instituições no estado, o *ranking* das maiores cooperativas mineiras, além de outros aspectos avaliados, como o quadro social, a movimentação financeira e as contribuições dessas instituições dentro da sociedade. Todos os dados foram enviados pelas próprias cooperativas durante o ano de 2011, sendo organizados e consolidados em 2012 pela Gerência Técnica do Sistema Ocemg. Entre os números apresentados, está a participação de 7,2% das cooperativas mineiras no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com uma movimentação de R\$ 27,2 bilhões. No tradicional *ranking* das maiores cooperativas do estado, ganharam destaque a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Usiminas Ltda. (Consul), primeiro lugar em

quantidade de associados, com 70.026 no total; e a Cooxupé, do Ramo Agropecuário, primeira colocação no quesito ativos totais, com mais de R\$ 2 bilhões. A Itambé também obteve destaque por ser a cooperativa que mais empregou em 2011, com 3,5 mil funcionários contratados. O cooperativismo mineiro está representado, hoje, por 760 organizações, 1,2 milhão de cooperados e 36,7 mil empregados.



Para mais informações sobre o Anuário, acesse: www.minasgerais.coop.br



@ VOCÊ COOPERANDO

Mande sua sugestão de pauta para a Revista Saber Cooperar. Informe os amigos, fale do seu evento e dê uma dica de um livro ou filme interessante. E-mail: revistadosescoop@sescoop.coop.br Tel.: (61) 3217 - 1526

ATO COOPERATIVO

Advogado José Eduardo Pastore fala sobre a importância dessa política operacional para o negócio cooperativo

Diferentemente das sociedades de capital, nas quais o princípio básico é a busca do lucro, nas cooperativas o ser humano é o maior privilegiado nas relações de negócios. Nessas organizações, “o princípio da humanização societária chega a ser tão importante que a força deste empreendimento se manifesta quando seus membros, juntos, fazem valer sua vontade”, destaca Eduardo Pastore à Revista Saber Cooperar.

O advogado e consultor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), especialista no Ramo Trabalho, ressalta que essas características típicas do cooperativismo podem ser explicadas pelos sete princípios da doutrina e, também, por uma política específica dessas instituições. Exemplos disso são os chamados “atos cooperativos”, previstos na Lei n.º 5.764, de dezembro de 1971, que delibera sobre a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Pastore discorre sobre o art. 79, que define os atos cooperativos como sendo aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados para a consecução dos objetivos sociais, não implicando em operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Na visão do especialista, o texto traz consigo o DNA associativo, distinguindo-as das demais sociedades e valorizando a percepção da gestão dos interesses humanos no seu interior.

“O trecho da lei apresenta, ainda, o empreendimento cooperativo como uma evolução societária em relação às empresas de capital, no qual o sucesso ou o fracasso passa necessariamente pela compreensão do papel do ‘homem associativo’, conhecido como aquele que procura a permanente associação com os homens, por um impulso de cooperação, em que os indivíduos vivem e operam de forma conjunta”, explica.

Sobre esse aspecto, a deficiência na gestão de pessoas provoca, em muitos casos, problemas jurídicos. Pastore cita o fundador da psicologia analítica, Carl Gustav Jung, considerado uma das mentes mais brilhantes do século passado, “quem olha para fora, sonha; quem olha para dentro, lembra”. O intuito é demonstrar que o movimento que as cooperativas devem realizar, visando a minimizar seus problemas internos, é olhar seu empreendimento de forma aprofundada e enxergar os próprios defeitos. “Aliás, essa é a razão de ser dessas instituições, pois carregam uma condição estampada em sua lei de regulamentação e mostram a importância da valorização do ser humano cooperativo”, esclarece o advogado.

No entendimento de Pastore, quando o sócio cooperado se sente somente usuário e não dono, ocorre a fragmentação do ato cooperativo e ele passa a tratar seu empreendimento como empresa de capital. Ele ressalta: “nesta hora, o ato cooperativo se divide, o sócio afasta-se naturalmente do conceito de solidariedade e, então, se



Igo Estrela

ENTENDA O ATO COOPERATIVO

O Ato Cooperativo é toda atividade praticada entre a cooperativa e seus associados, os cooperados e suas organizações e, ainda, entre instituições associadas para a consecução dos objetivos sociais de ambos. Esses atos podem ser traduzidos tanto na prestação de serviços diretos aos seus associados, como em ações com a finalidade de obter melhores resultados, que não visem ao lucro.

Segundo a Política Nacional de Cooperativismo, os atos cooperativos podem ser empregados de três formas diferentes. Em um primeiro caso, as cooperativas de produção agrícola, por exemplo, têm a possibilidade de adquirir produtos de não associados, para cumprir contratos ou suprir capacidade de instalações industriais. Na segunda, as organizações poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que atendam às finalidades sociais de todos. E a terceira e última permite a participação de sociedades não cooperativas nos negócios dessas organizações, como forma de melhorar o atendimento de seus objetivos.

A fim de aprimorar e regular adequadamente o tratamento tributário ao Ato Cooperativo no âmbito federal, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP n.º 271/2005), de autoria do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que tem como objetivo “estabelecer incentivos concretos ao fortalecimento do cooperativismo, que propicia geração de empregos, ganho na valorização dos pequenos negócios, com grandes benefícios para a sociedade brasileira”. Atualmente, a proposta está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. A ideia é que o projeto seja aprovado e sancionado ainda este ano.

comporta como adversário de seu negócio, levando a dizer, por exemplo, a tão comum expressão: ‘nunca me senti sócio de nada, dono de nada, apenas usuário’”.

Nesse cenário, aparecem problemas jurídicos, administrativos, operacionais, que são muitas vezes problemas de gestão, mais especificamente, de pessoas. E quando as cooperativas se deparam com essa realidade, têm dois caminhos: ou acreditam que o seu destino está exclusivamente na mão de agentes externos, como o Poder Judiciário, ou partem para o enfrentamento corajoso das suas dificuldades, e buscam uma solução por meio de acordo. “Certamente, e devemos todos reconhecer, a segunda opção é bem mais sofrida, demorada e extenuante”. Conclui-se, com isso, que grande parte dos problemas enfrentados por essas organizações está profundamente vinculada à má compreensão do significado do ato cooperativo e seus reflexos relacionados à gestão. “Muitas das soluções, por consequência, passam por esse caminho. Em alguns casos, pode significar a própria morte da cooperativa”, acrescenta o especialista.

Por esses motivos, processos de valorização de governança nesse setor poderiam ser iniciados com a compreensão do art. 79 da Lei n.º 5.764/1971. “Se cooperar é operar em comunhão, e a doutrina cooperativista tem em sua essência a valorização do homem, devemos dar o exemplo de olhar para dentro e acordar”, finaliza. ●

NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Os próximos passos das cooperativas brasileiras no constante desafio de preservar e produzir

O sistema cooperativista nacional comemorou, em 2012, a sanção, pela Presidente Dilma Rousseff, das Leis n.º 12.727 e n.º 12.651, que formam o novo Código Florestal. A legislação beneficiará o setor por trazer mecanismos mais claros e justos de regulação das propriedades rurais, se comparados aos apresentados na versão anterior (Lei n.º 4.771/1965), reconhecendo a importância do campo na geração de emprego e renda e observando a segurança alimentar do País.

Segundo o consultor de assuntos ambientais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Leonardo Papp, a nova lei também é importante por estabelecer diretrizes de atuação alinhadas ao desenvolvimento sustentável, considerando “além da preservação ecológica, a necessidade da manutenção de atividades eco-

nômicas já consolidadas e da justiça social nas propriedades rurais”, ressalta.

Dentro desse contexto, o novo Código Florestal apresenta os seguintes aspectos inovadores: 1) a criação do Programa de Regularização Ambiental (PRA); 2) a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e 3) a consideração do tamanho dos imóveis na definição do rigor das exigências, facilitando o cumprimento das obrigações ambientais pelos agricultores do País.

Em termos práticos, o conjunto dessas três ações permite ao pequeno agricultor utilizar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal em atividades de baixo impacto ambiental. O cuidado de cultivar sem devastar torna-o apto a receber crédito rural. Já o cadastro no CAR e o compromisso de zelar pelo meio ambiente garantem a suspensão das multas referentes aos desmatamentos realizados antes do dia 22 de julho de 2008. Tais valores serão convertidos, após a regularização dos passivos, em pagamentos por serviços ambientais.

Na visão do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Caio Rocha, “a legislação propicia a manutenção das atividades dos pequenos agricultores, caso não provoquem nenhum impacto adicional ao meio ambiente”, afirma.

A ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, concorda e acrescenta: “o novo código admite a produção ▶

2012

2011

- **MAIO** Aprovado o projeto do novo Código Florestal, no Plenário da Câmara dos Deputados, como Emenda Substitutiva Global n.º 186, junto à Emenda n.º 164, assegurando o uso das APP's já ocupadas com atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural

- **DEZEMBRO** Sob a denominação de PLC 30/2011 e a relatoria do parlamentar catarinense Luiz Henrique, o novo Código Florestal é aprovado no Senado e devolvido para a análise da Câmara Federal

2010

- Aprovado o relatório do parecer do deputado Aldo Rebelo na Comissão Especial, que teve como base os resultados e as informações recolhidas durante as reuniões e audiências públicas realizadas

- Instalada a Comissão Especial do Código Florestal, para deliberar sobre o Projeto de Lei n.º 1.876/1999 e dez apensos, na qual os deputados Moacir Micheletto (PR) e Aldo Rebelo (SP) são eleitos presidente e relator, respectivamente

2009

2008

- Editada a MPV n.º 2.167/2001, limitando a soma das APP's com a Reserva Legal

- Publicado o Decreto n.º 6.514/2008, regulamentando a Lei de Crimes Ambientais e fixando o prazo para averbação da Reserva Legal

2001

2000

- Editada a MPV n.º 1.736/1989, possibilitando, sem restrição, o uso das APP's para o computo da Reserva Legal

- Editada a MPV n.º 1.956/2000, criando a definição atual de Área de Preservação Permanente, a qual ganha papel de conservação da biodiversidade e proteção de recursos hídricos e solo

1998

1996

- Editada a Medida Provisória (MPV) n.º 1.511/1996, restringindo a abertura de área em florestas

- Publicada a Lei n.º 7.803/1989, que cria a Reserva Legal e altera as Áreas de Preservação Permanente (APP's)

1989

1986

- Editada a Lei n.º 4.771/1965, alterando o código em vigor, restringindo, ainda mais, o uso dos bens ambientais

- Editada a Lei n.º 7.511/1986, alterando os limites de proteção das matas ciliares

1965

1934

- Publicado o Decreto n.º 23.793/1934, aprovando o primeiro Código Florestal do Brasil

- **ABRIL** Finalizada a tramitação do PL n.º 1.876/1999, no Congresso Nacional, com a aprovação do texto do relator, deputado Paulo Piau (MG), na Câmara dos Deputados, inclusive com pontos rejeitados pelos senadores, dentre eles os dispositivos que fixam faixas de APP's em margens de cursos d'água.

- **MAIO** Sancionado o novo código pela presidente Dilma Rousseff, com vetos e 32 modificações. Uma MPV n.º 571/2012 foi editada, em seguida, para alterar a Lei n.º 12.651/2012 e destacar os pontos vetados.

- **AGOSTO** Aprovado o relatório do senador Luiz Henrique na Comissão Mista destinada a avaliar a MPV n.º 571/2012, que trata do novo Código Florestal brasileiro.

- **SETEMBRO** Aprovada a MPV n.º 571/2012 na Câmara dos Deputados. Texto é o mesmo elaborado pela Comissão Mista.

- **OUTUBRO** Aprovada, pelo Senado Federal, a MPV n.º 571/2012, sem modificações à proposta da Câmara dos Deputados. Texto segue para a sanção presidencial.

- Sancionada a MPV n.º 571/2012, pela presidente Dilma Rousseff, com nove vetos ao texto aprovado pelo Congresso Nacional, inclusive em relação aos pontos que flexibilizam a recuperação de APP's.



► agropecuária, aliada ao uso racional dos recursos naturais. A lei reconhece essa possibilidade e garante prosperidade ao setor produtivo e ao meio ambiente, assegurando a longevidade e a viabilidade econômica da atividade, por meio dos benefícios do Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente”.

Outra conquista do novo código é a desburocratização de alguns processos. Procedimentos como a averbação em cartório da Reserva Legal e, consequentemente, de georreferenciamento da propriedade poderão ser dispensados, facilitando a regularização ambiental da propriedade e deixando-a menos onerosa ao produtor rural.

ENCONTROS ESTADUAIS

De acordo com a ministra do Meio Ambiente, o código não cita diretamente as cooperativas, mas o público representado por essas instituições (no caso, os pequenos e médios proprietários rurais). “No Brasil, ao todo, são mais de 1,5 mil cooperativas no Ramo Agropecuário, com 943 mil associados. Como o Código Florestal auxiliará todos os proprietários rurais do País, amparará também os organizados em cooperativas”, destaca Izabella Teixeira.

Cientes dessa representatividade, o Ministério do Meio Ambiente e o Sistema OCB assinaram, no dia 20 de dezembro de 2012, acordo de cooperação técnica visando a estimular os cooperados brasileiros a registrarem suas propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR). “A ideia é despertar o interesse das cooperativas e dos cooperados em relação ao cadastramento e facilitar o acesso às informações necessárias. É importante tornar público esse instrumento, pois queremos ver todas as nossas cooperativas de acordo com a lei”, explica o analista de Desenvolvimento de Ramos e Mercados da OCB, Marco Morato de Oliveira. Ao todo, 13 eventos serão

IZABELLA TEIXEIRA

Ministra do Meio Ambiente acredita que o novo Código Florestal auxiliará todos os proprietários rurais, incluindo os organizados em cooperativas

realizados em 2013, nas unidades estaduais da OCB, trazendo informações e orientações sobre o novo texto da lei, com foco na regularização do CAR.

Segundo o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, esses encontros terão outro importante objetivo: aproximar ainda mais os diversos atores estaduais, os órgãos ambientais, as entidades de representação dos agricultores e as cooperativas. Em sua percepção, “o cooperativismo teve uma participação importante nas discussões, conseguindo representar bem o papel de conciliador”. Lopes de Freitas completa: “continuaremos com essa postura nos âmbitos estadual e municipal. Consequentemente, obteremos êxito na aplicação daquilo que for possível”.

A ministra do Meio Ambiente reconhece a iniciativa do setor e reforça: “as cooperativas são importantes na implantação de um modelo de desenvolvimento, equilibrando a produção e a preservação. Juntos, faremos a diferença e acabaremos com a insegurança jurídica daqueles que vivem da terra, permitindo-os produzir com sustentabilidade. Temos, agora, uma chance excepcional de fazer diferente: um Brasil mais justo e sustentável”.

PRÓXIMOS PASSOS

Na opinião do presidente do Sistema OCB, o novo Código Florestal foi uma vitória da democracia e a conquista de um marco legal mais avançado para o setor. “Mas este ainda é o primeiro passo de uma longa caminhada”, pondera. Segundo ele, o código será fundamental ao estabelecimento de parâmetros de práticas agropecuárias mais sustentáveis. No entanto, alguns ajustes precisam ser realizados, com o propósito de contribuir para o aumento da competitividade de pequenos e médios produtores. “Não se pode esquecer que a questão agrícola possui processos mercadológicos, certificações globais e a nova legislação deve contemplar isso. Continuaremos nossa luta por um código ainda mais justo a todos”, assegura o presidente.

Outro desafio é a participação das unidades estaduais na construção legal do Programa de Regularização Ambiental (PRA), visando à defesa das demandas do cooperativismo. “Quanto mais adequado for à realidade daquele estado, maiores condições o produtor terá na regularização”, esclarece o consultor de assuntos ambientais da OCB, Leonardo Papp.

Já o analista de Desenvolvimento de Ramos e Mercados do Sistema OCB, Marco Morato, destaca a importância da parceria dos estados com a unidade nacional. “Estamos inteiramente à disposição das unidades estaduais para ajudá-las a atender e orientar as cooperativas, de acordo com as exigências da lei federal”, garante. O PRA, como define a lei, deverá ter como linhas de ação o pagamento ou o incentivo a serviços ambientais, atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas, bem como estímulos relacionados à comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação e uso sustentável das florestas. ●



NOBEL DA PAZ. UM RECONHECIMENTO TÃO VALIOSO QUANTO O COOPERATIVISMO PARA O MUNDO

O cooperativismo é um movimento de inclusão social que defende a igualdade e a melhor distribuição de renda, contribuindo com a paz mundial. Por isso, o Sistema OCB aderiu à campanha para que o setor receba o Prêmio Nobel da Paz. Uma iniciativa justa e corajosa que também precisa da sua ajuda para ser vitoriosa. Espalhe essa ideia!



SistemaOCB

CNCOOP - OCB - SESCOOP

Juntos cooperando pela paz!

Saiba mais e apoie: www.brasilcooperativo.coop.br

AGENDA LEGISLATIVA DO COOPERATIVISMO.

Posicionamento e fortalecimento do setor

Os projetos de lei que fortalecem o funcionamento das cooperativas brasileiras estão na Agenda Legislativa do Cooperativismo. Um material de grande importância para o desenvolvimento de todo o segmento, porque traz o posicionamento do movimento cooperativista sobre projetos de lei na Câmara e no Senado Federal. Leia e fique por dentro.

Saiba como conseguir seu exemplar. Acesse:
www.brasilcooperativo.coop.br



Trabalhando pelo desenvolvimento cooperativista